

REGINA SVIECH PONTAROLO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O IDOSO E SUA
IMPLEMENTAÇÃO PELA SEED – PR NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS**

**PONTA GROSSA
2008**

REGINA SVIECH PONTAROLO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O IDOSO E SUA
IMPLEMENTAÇÃO PELA SEED – PR NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS**

Dissertação apresentada à banca examinadora, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia da Silva Oliveira.

**PONTA GROSSA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

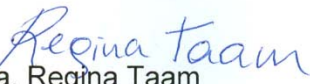
Regina Sviech Pontarolo

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O IDOSO E SUA
IMPLEMENTAÇÃO PELA SEED-PR NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS

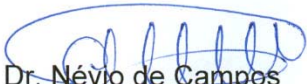
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora


Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira
UEPG


Profa. Dra. Regina Taam
UEM


Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG


Prof. Dr. Névio de Campos
UEPG

Ponta Grossa, 31 de Julho de 2008

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

P811p

Pontarolo, Regina Sviech

Políticas públicas educacionais para o idoso e sua implementação
pelo SEED – PR na cidade de Prudentópolis./ Regina Sviech Pontarolo.
Ponta Grossa, 2008
86f

Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira

1. Terceira idade. 2. Política pública. 3. Educação permanente
I. Oliveira, Rita de Cássia da Silva. II. T

CDD : 379.2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a dois referenciais em minha vida:

À minha querida mãe, sinônimo de dedicação, abdicção, cuidado e apoio, que sempre acreditou em mim, me incentivou e vibrou comigo em cada conquista da minha vida, a você minha mãe minha gratidão e amor eternos.

Ao meu pai que com sua vida embora breve conseguiu deixar marcado em mim seu olhar amoroso e seu exemplo de luta e trabalho, a você meu pai, meu amor e saudade eternos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida, me protegendo e iluminando meu caminho.

Aos meus filhos, Luiz Felipe e Guilherme Mateus, duas pedras preciosas em minha vida, mais do que filhos, duas almas companheiras de caminhada, que me ensinam a caminhar a cada dia.

Ao meu esposo, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus irmãos Zélia, Gabriel e Rosa Lília (*in memorian*), sempre presentes em todos os momentos de minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira, pelo carinho, amizade e orientações para que este trabalho se concretizasse.

A professora Dra. Maria Isabel Moura Nascimento, além de excelente professora, foi meu anjo da guarda em muitos momentos do mestrado.

Aos professores doutores membros da banca de qualificação, pelas valiosas sugestões e contribuições para a realização do trabalho final.

A todos os que fazem parte do Mestrado em Educação da UEPG, pela atenção dispensada a todos os alunos do programa.

Aos meus colegas do programa que compartilharam comigo momentos de alegria, angústia, cansaço, ansiedade; e em especial a Joslene E. Zanin que foi mais que uma colega foi outro anjo que Deus colocou em minha vida, minha gratidão pelo seu carinho, disponibilidade em me ajudar sempre e pela força e entusiasmo que sempre transmitia.

As coordenadoras dos programas educacionais pesquisados, que muito contribuíram para a concretização desse trabalho.

Aos meus amigos e colegas de trabalho que mesmo sem perceber estiveram presentes nesta jornada com seus sorrisos e ombros amigos.

PONTAROLO, Regina Sviech. **Políticas Públicas Educacionais Para o Idoso e sua Implementação Pela SEED – PR na Cidade de Prudentópolis**, 2008, 86 p. Dissertação: (Mestrado em Educação) – Universidade estadual de Ponta Grossa – Pr, 2008

RESUMO

O aumento do envelhecimento populacional tem sido percebido em todo mundo e é reflexo dos avanços tecnológicos na área social e da saúde. Tal transformação desafia a sociedade em geral a qualificar esse prolongamento da vida humana, adequando as ações socioculturais, econômicas, educacionais e políticas a essa nova demanda. Assim, a presente pesquisa objetivou verificar as políticas públicas educacionais para o idoso e sua implementação pela SEED – PR na cidade de Prudentópolis e identificar o interesse e as dificuldades dos idosos com relação à participação em projetos educacionais. Para tanto, optou-se por utilizar uma metodologia qualitativa de cunho investigativo, fazendo uso de questionário e análise documental como instrumentos de pesquisa. A partir da coleta de dados, estes foram analisados de forma interpretativa. Esta análise permitiu que se conhecesse melhor a realidade estadual dos idosos com relação à promoção de programas de educação permanente e à valorização do idoso em relação à sociedade. As conclusões gerais a que chegamos foram as seguintes: na esfera pública, a educação é o setor que menos contempla os idosos com projetos voltados aos seus interesses; a população em geral ainda desconhece o Estatuto do Idoso, o que reforça o estigma da velhice como uma fase de declínio pessoal e improdutivo; não há um programa educacional específico para os idosos. A pesquisa reforça a necessidade de haja uma maior conscientização por parte de toda a população no que diz respeito ao crescimento demográfico da Terceira Idade, sua importância e participação ativa na sociedade; deve haver também um preparo das novas gerações para uma boa convivência intergeracional, bem como uma preparação para sua própria velhice; enfim, devem-se quebrar preconceitos relativos aos idosos e à inserção do idoso em projetos educacionais de seu interesse, o que o tornará um cidadão ativo em todos os setores da sociedade, tais como o social, político, econômico, jurídico, sanitário, cultural etc.

Palavras-chave: Terceira Idade, política pública, educação permanente.

PONTAROLO, Regina Sviech. **Educational Public Policies for the Elderly and their Implementation by SEED – Pr in the city of Prudentópolis**, 2008, 86 p. Dissertation: (MA in Education) – State University of Ponta Grossa – PR. 2008.

ABSTRACT

The increase of population aging has been noticed all over the world and it is a reflex of the technological improvements in the social and health sectors. Such transformation challenges society in general to qualify this delay of human aging, adapting the socio-cultural, economical, educational and political actions to this new demand. Thus, the present research aimed at checking the educational public policies for the elderly and their implementation by SEED – Pr in the city of Prudentópolis, as well as identifying the elderly interest and difficulties regarding their participation in educational projects. In order to do so, a qualitative methodology with an investigatory approach has been chosen, making use of a questionnaire and documental analysis as instruments for the research. The data collected have been analyzed in an interpretative way. This analysis allowed a better understanding of the state reality of the elderly in relation to the offer of permanent education programs and the value of the elderly in society. The general conclusions that have been reached are the following: in the public sphere, education is the sector which least contemplates the elderly with projects guided to their interests; the population in general is not aware of the “Statute of the Elderly” yet, a fact that reinforces the stigma of aging as a phase of personal and unproductive decay; there are no educational programs specific for the elderly. The research points out the need for a greater awareness on behalf of all the population regarding the growing population of the Elderly, its importance and active participation in society; apart from that, there must be preparation of the new generations for a good intergenerational companionship, as well as preparation for their own aging; after all, prejudice against the elderly and their inclusion in educational projects of their interest must be ceased, a fact that will make them active citizens in all sectors of society, such as social, political, economical, juridical, sanitary, cultural ones, etc.

Key words: The Elderly, public policy, permanent education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO TERCEIRA IDADE	14
1.1 O SURGIMENTO DA GERONTOLOGIA COMO CAMPO DE SABER	24
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO PERMANENTE	30
2.1 CONCEITUANDO O TERMO EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	36
2.2 EDUCAÇÃO PERMANENTE E A CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE.....	40
2.3 GERONTOLOGIA EDUCACIONAL	45
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DIRIGIDAS À TERCEIRA IDADE	48
3.1 O ESTATUTO DO IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO	52
3.2 PERFIL DO IDOSO NO ESTADO DO PARANÁ.....	58
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	62
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	67
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM AS COORDENADORAS DOS PROGRAMAS.....	68
3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS ALUNOS IDOSOS	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS	84

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna vem passando por significativas transformações. O envelhecimento populacional, por exemplo, é reflexo dos avanços tecnológicos, principalmente nas áreas social e da saúde e provém em especial da diminuição da natalidade e do aumento da longevidade. Tal transformação provoca um questionamento quanto à necessidade da busca de melhores condições de vida para a população que, como um todo, está vivendo mais tempo. O envelhecimento é um fenômeno mundial, mas o Brasil, apesar de ser caracterizado como país jovem, vem apresentando um aumento gradativo na população acima de 60 anos de idade. Estima-se que até o ano de 2025 a população idosa mundial crescerá cinco vezes e a brasileira dezesseis vezes, quando haverá mais de 34 milhões de pessoas idosas. O Brasil terá então a sexta maior população idosa do mundo (MOREIRA, 1997).

Nem sempre viver mais significa viver melhor. Portanto, um dos grandes desafios dos tempos atuais é qualificar esse prolongamento, adequando as opções socioculturais, econômicas e políticas a essa nova demanda. Considerar o direito e o dever de intervir no mundo tem sido um desafio para a população envelhecida, visto que os idosos são vítimas de uma visão preconceituosa, segundo a qual são considerados inúteis à sociedade.

Envelhecer bem depende das oportunidades do indivíduo quanto a usufruir de condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho durante todo o seu curso de vida. Esses são elementos básicos à determinação da longevidade, da atividade, da produtividade, da capacidade cognitiva e da competência social (NERI, 1995).

Com o surgimento da Gerontologia, que é uma ciência recente e multidisciplinar que estuda a velhice e o envelhecimento e discute os aspectos biopsicosociais do desenvolvimento humano e a influência das variáveis do contexto social nesse processo, inicialmente na área da Biologia, depois da Psicologia e das Ciências Sociais, a superação dos estigmas e preconceitos relativos à Terceira Idade tem acontecido de forma gradativa e crescente, graças também às ações de organizações não governamentais, centros de pesquisa e instituições educacionais que acabaram influenciando os governos a formular políticas específicas aos idosos.

No Brasil, a atenção ao idoso teve início com a Constituição Federal de 1988, quando se introduziu o conceito de Seguridade Social, por meio da Lei 8.842/94, da Política Nacional do Idoso, que rege as normas dos direitos sociais dos idosos, tentando garantir sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em 1º de outubro de 2003, foi votada e aprovada a Lei 10.741/03, que reza sobre o Estatuto do Idoso.

Apesar de toda essa manifestação favorável à pessoa do idoso, é visível ainda o desconhecimento dessas leis pela maioria da população. Em vista disso, entende-se que a divulgação e a discussão do Estatuto do Idoso são muito importantes, para que os direitos e deveres nele estabelecidos passem a ser praticados e respeitados por todos os cidadãos. Portanto, é fundamental que se busquem cada vez mais conhecimentos sobre a questão, possibilitando, inclusive, uma maior adequação das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida do idoso brasileiro. É à luz do Estatuto do Idoso que a presente pesquisa procurou investigar e analisar de forma crítica as políticas públicas na educação dirigidas aos idosos implementadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Estado do Paraná, no município de Prudentópolis, e investigar a legitimidade desses programas para a população idosa.

Entende-se que a implementação das políticas não é determinada apenas por carências e necessidades existentes, mas é construída por processos mediados socialmente. Nesse sentido, é importante analisar a maneira como os envolvidos nestes processos articularam e participaram da implementação de políticas públicas em determinados espaços sociais.

Quando se pensa em políticas públicas dirigidas aos idosos, destaca-se a importância da educação como forma de aumentar as possibilidades dos indivíduos em ampliar o nível de consciência crítica para o exercício pleno da cidadania, pleiteando seus direitos e cumprindo suas responsabilidades. O sistema educativo, portanto, deve voltar-se para a democratização como um todo, de modo que as pessoas de todas as idades tenham acesso a ele.

Recentes pesquisas na área da Gerontologia apresentam numerosos argumentos em favor da participação dos idosos na vida social da comunidade; entre elas se destaca o envolvimento com as novas aprendizagens promovidas pela educação formal e informal, o que implica um aumento da funcionalidade, flexibilidade e maior adaptação do idoso junto à sociedade. As oportunidades

educacionais são apontadas como importantes ganhos na velhice, porque intensificam os contatos sociais, a troca de vivências e de conhecimentos e o aperfeiçoamento pessoal.

Esta pesquisa configura-se como resultado de discussões desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Permanente de Jovens Adultos e Idosos (EJAI) e nas disciplinas optativas do mestrado. Estas buscaram discutir o contexto e a implementação de políticas públicas em educação dirigidas ao idoso. Assim, entendemos que as ações educativas não são responsabilidade apenas da pasta da educação, mas também da cultura, lazer, saúde, entre outras. O presente estudo fez um recorte e buscou identificar apenas os programas de educação implementados pela SEED/PR dirigidos à Terceira Idade, analisar as políticas públicas na educação dirigidas ao idoso no município de Prudentópolis e verificar sua legitimidade. Para a realização da investigação proposta, optou-se por utilizar uma metodologia qualitativa de cunho investigativo.

O objetivo da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (RICHARDSON, 1999, p. 102).

A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa por considerar que ela permite uma aproximação entre o objeto de estudo e a compreensão dos aspectos singulares e específicos de certa realidade, no contexto em que eles estão inseridos. A abordagem qualitativa admite a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. A finalidade é compreender as experiências no seu todo, na visão dos participantes e aceitar que haja uma interdependência entre o sujeito e o objeto. Assim, se reconhece que não há neutralidade no processo de pesquisa e de conhecimento, não há neutralidade no pesquisador e nem no objeto (MINAYO, 2000).

Considerando que não existem idéias, princípios, categorias e entidades absolutas únicas “[...] Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história” (LOWY, 1988, p. 14). A realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo, portanto, uma única que seja mais verdadeira. Essa questão vai depender essencialmente da abordagem e do enfoque do pesquisador.

Assim, na primeira fase da pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico, com o intuito de aprofundar as questões sobre o envelhecimento e seus aspectos sociopolíticos. Em seguida, fez-se uma revisão de literatura no que se refere aos artigos publicados sobre o tema idoso. Estes artigos foram classificados nas seguintes categorias: a) Aspectos relativos à saúde do idoso; b) Aspectos psicológicos da velhice; c) Implementação de políticas educacionais; d) Aspectos educacionais do idoso.

Ao iniciar a revisão bibliográfica, percebeu-se que a grande maioria das pesquisas realizadas se refere à categoria a, pois tanto a velhice quanto a melhoria da qualidade de vida dos idosos desperta muito interesse aos profissionais da área da saúde; para a presente revisão selecionaram-se textos que aliam saúde a ações educacionais. Percebeu-se também que, de um modo geral, na área da educação, o interesse pelo assunto no que se refere às políticas públicas na educação ainda é pequeno. Na sua maioria, os textos selecionados tratam de políticas amplas na educação e não especificamente aquelas dirigidas aos idosos, o que nos leva a sugerir que os governos municipal, estadual e federal devam se preocupar em propor programas direcionados principalmente à população de idosos das pequenas cidades, onde se implementam poucos programas dessa natureza.

A coleta de dados se deu por meio de análise documental – aplicação de questionário –, pois num estudo de fenômeno sócio-educacional não há uma única abordagem e nem instrumentos de pesquisa privilegiados, nem uma só possibilidade de técnica e, sim, técnicas complementares, que possibilitam apreender a multiplicidade de pontos de vista acerca do tema objeto de investigação.

O uso de questionário “[...] cumpre pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social” (RICHARDSON, 1999, p. 189). Esse instrumento continha questões abertas e semi-abertas, nas quais os pesquisados podiam expressar seus pontos de vista a respeito das questões abordadas. Os questionários foram aplicados aos alunos idosos do município de Prudentópolis, município alvo da pesquisa. Outros questionários foram aplicados às coordenadoras do Programa Paraná Alfabetizado e CEEBJA do município de Prudentópolis e à coordenadora do departamento da EJA do NRE de Irati, responsável pelo município pesquisado. A escolha dos membros a serem

pesquisados foi intencional e criteriosa, uma vez que a seleção do universo pesquisado não pode ser aleatória e, sim, uma seleção de pessoas com características e experiências específicas sobre o tema (ZANELLI, 1992).

A adoção do questionário como instrumento de pesquisa possibilitou a qualidade das informações para investigar de maneira ampla e profunda a qualidade dos programas implementados, bem como sua legitimidade.

Não se pode esquecer também que o mundo é uma realidade dinâmica e dialética e que as mudanças ocorrem em função das contradições surgidas entre homens reais, em condições históricas e sociais reais.

Para tanto, a presente dissertação divide-se em quatro partes, nas quais o tema foi organizado e discutido na forma de quatro capítulos.

No primeiro, buscou-se a origem do conceito de Terceira Idade dentro de um determinado processo histórico – do século passado até os dias atuais –, com o auxílio da antropologia. Discutem-se também os aspectos culturais, econômicos e sociais e apresenta-se o surgimento da Gerontologia como campo de saber, seus objetivos e ações.

O segundo capítulo trata da Educação Permanente, mostrando seus diferentes significados, bem como os principais estudiosos e pesquisadores do assunto. Discute o surgimento das Universidades da Terceira Idade e busca esclarecer o conceito que surge a partir do termo Educação Permanente, a noção de Gerontologia Educacional, expressão que se aplica à educação de adultos maiores e idosos e aos programas destinados a essa população.

No terceiro capítulo, apresenta-se um breve panorama histórico da Política Nacional do Idoso e a criação do Estatuto do Idoso e faz-se uma análise crítica dos artigos do Estatuto referentes à educação, visto que a redação da lei apresenta uma postura neoliberal. Apresentam-se também as políticas públicas educacionais dirigidas ao idoso no Estado do Paraná, bem como no universo pesquisado e faz-se uma análise dos questionários aplicados buscando perceber a legitimidade das políticas educacionais dirigidas ao idoso no Estado do Paraná, de modo a contribuir para o enriquecimento da reflexão sobre a educação dirigida ao idoso no Estado do Paraná.

Enfim, apresentam-se as considerações finais que encerram essa dissertação.

CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TERCEIRA IDADE

O conceito de Terceira Idade como uma fase da vida humana surge a partir do fenômeno da longevidade humana que vem quebrando recordes e promovendo o envelhecimento populacional. O fenômeno da longevidade é justificado a partir de diversos fatores, como os avanços da tecnologia, incluindo a produção de vacinas e medicamentos, práticas e políticas públicas e o desenvolvimento das ciências médicas que têm contribuído para o declínio dos índices de mortalidade. As fases da vida humana, ou as diferentes idades, são construções históricas que foram inventadas para atender determinados interesses.

Terceira Idade é um termo que significa envelhecimento ativo e independente que se transforma numa nova etapa da vida, em que a aposentadoria remete à prática de novas atividades e simboliza uma época dinâmica do ser humano.

Assim, compreender os diferentes períodos da vida exige estabelecer conexão com aspectos culturais, históricos, econômicos e políticos. Ou seja, ao entender a diversidade cultural e histórica faz-se uma relação com o processo de construção de uma etapa que se diferenciou e recebeu status próprio num dado momento histórico, no caso, a Terceira Idade.

A identificação de grupos homogêneos formados por combinações de renda, prestígio e poder torna-se essencial na definição da estrutura social da população e enriquece análises relativas à exclusão social, estudos sobre concentração de renda, pobreza, desigualdade, mobilidade social, categorias de idade, entre outros.

O elemento marcante na estrutura social das sociedades capitalistas é definido pela formação de classes sociais, em que a posição ocupada por cada indivíduo nos diferentes setores de produção social e em seus desdobramentos resultantes da divisão social do trabalho é o que define sua posição de classe social. As classes sociais¹ fazem surgir grupos antagônicos e “[...] a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (MARX, 1998, p. 4).

¹ Karl Marx fez uso do termo classe social em dois sentidos. Por um lado, a partir de um critério objetivo, puramente econômico em que os agrupamentos humanos podem ser reunidos sob uma classificação comum por manterem relações similares com os meios de produção. Por outro lado,

No Brasil, as pesquisas sobre o envelhecimento humano constituem um campo de estudo recente, visto que há apenas quatro décadas os pesquisadores vêm percebendo uma mudança na escala populacional brasileira.

Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), até 2025 o Brasil terá 34 milhões de idosos, o que representa um aumento de 500% em quarenta anos. O Brasil pode chegar a ter 32 milhões em 2020, o que o tornaria o sexto país no ranking mundial de países com o maior número de idosos. Ainda de acordo com dados do IBGE (2001), percebe-se que a população brasileira com mais de sessenta anos está crescendo a taxas oito vezes superiores aos índices de crescimento da população jovem.

No entanto, apesar de todas essas estatísticas, o Brasil apresenta um quadro que se vê carente de atenção ao idoso, pois inúmeros setores tais como saúde, transporte, educação, segurança pública, trabalho e previdência apresentam sérias dificuldades em atender à população, inclusive à população de idosos.

A sociedade capitalista alterou profundamente a relação entre homem e natureza, pois aquele a explora para seu bem-estar. Essa alteração se fortaleceu na primeira metade do século XX, quando o trabalho assalariado foi fragmentado e controlado pelo taylorismo e fordismo. Segundo Frigotto (1996), essa racionalização do trabalho reduziu o trabalhador a apenas um componente no desempenho de suas atividades.

O idoso, após anos de trabalho, é aposentado e a aposentadoria é considerada um processo natural e esperado. No entanto, o que deveria ser uma premiação e um reconhecimento pela sua produção acaba se tornando um processo de impossibilidades no gozo de seu tempo livre devido a um baixo rendimento. O idoso passa a ser visto como alguém que já foi produtivo e que, depois de sua aposentadoria, na maioria das vezes, passa a assumir papéis de baixo status social.

No Brasil, tem-se percebido um diferencial nos ritmos de crescimento das populações idosa feminina e masculina. A primeira cresce num ritmo maior do que a segunda. As mulheres, desde a década de 1950, têm apresentado maior esperança de vida ao nascer. Em 1980, a esperança de vida dos homens era de 59

quando é introduzido um elemento subjetivo: a consciência de classe, o momento superestrutural do acontecer histórico da classe, em que uma classe somente se estabeleceria quando um conjunto de indivíduos localizados numa mesma situação econômica se tornasse consciente de seus interesses comuns. Para aprofundar, ler: HOBBSBAWM, E. Notas sobre consciência de classe. In: **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e BOTTOMORE, T. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

anos, enquanto a das mulheres correspondia a 65 anos. Em 1991, essa diferença cresceu para sete anos. Projeções para 2010 e 2020 mantêm a diferença em seis anos (BERQUÓ, 2004).

Já os homens têm um maior índice de mortalidade devido ao fato de estarem mais expostos a fatores de risco. Segundo Veras (1995), há quatro principais fatores que levam ao aumento deste percentual. O primeiro é que os homens sofrem mais acidentes de trabalho que levam à morte do que as mulheres. Isto se deve ao tipo de trabalho exercido pelos homens, como, por exemplo, trabalho em construções. Além disso, os acidentes de trânsito, homicídios e suicídios são mais comuns entre os homens. Outro fator é o consumo de álcool e tabaco que se apresenta mais freqüente entre os homens. Este fator eleva muito a taxa de doenças cardiovasculares e respiratórias. O terceiro fator que aumenta a taxa de mortalidade masculina é a atitude com relação à presença de doenças: as mulheres são consideradas mais cuidadosas no que diz respeito a exames de prevenção e procura por serviços médicos. Enfim, o desenvolvimento do atendimento médico-obstétrico também acabou por diminuir a mortalidade materna.

Contudo, nos dias atuais, os primeiros fatores de risco têm passado a ser comuns aos dois sexos, pois a mulher tem assumido papéis e profissões que antes eram apenas dos homens. Percebe-se também um maior desgaste da mulher ao assumir sozinha sua família, resultado dos novos arranjos familiares que a sociedade tem apresentado.

Do ponto de vista demográfico, percebe-se uma maior concentração de idosos nas áreas urbanas das grandes regiões do país, graças ao processo de urbanização, verificado a partir dos anos 1970.

É importante ressaltar que, apesar de muitas vezes ter-se a idéia de que o idoso representa uma responsabilidade a mais para a família, dados oficiais apontam para o aumento considerável do número de idosos responsáveis pelos domicílios no país, cerca de 64%. Muitas vezes a única fonte de renda em um domicílio é a que provém do idoso, renda essa que se situa na faixa de até dois salários mínimos mensais. Esses lares são constituídos por filhos solteiros, casados e descasados, acompanhados por netos e até bisnetos, o que vale dizer que os idosos também criam seus netos, além de já terem criado seus filhos.

Quanto à situação educacional do idoso, esta retrata a fragilidade das políticas educacionais brasileiras, segundo pesquisa do IBGE, de 1930 até pelo

menos 1950, o ensino fundamental ainda era restrito a segmentos sociais específicos, o que se reflete no baixo percentual de escolaridade média da população idosa. Esta pesquisa também mostra que existe uma diferenciação entre os sexos no que diz respeito a esse critério, já que 67,7% dos homens são alfabetizados, enquanto o número de mulheres nessa condição é bem menor.

Tal fato se explica porque, no passado, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, como consequência das políticas de educação, o acesso de todos à escola era restrito. Promovia-se um maior acesso à escola aos homens, já que as mulheres ocupavam-se dos afazeres domésticos e tal prática era aceita social e culturalmente na época, uma vez que os estudos não se faziam necessários para as mulheres.

Sabe-se também que mesmo entre aqueles que conseguiram chegar às escolas, apenas 50% puderam completar o curso primário. Ou seja, é bastante baixa a escolaridade da população idosa e esta é tanto mais grave quanto mais velhas as coortes. O diferencial por sexo é também tanto mais agudo quanto mais se distancia no tempo (BERQUÓ, 2004, p. 30).

O analfabetismo presente na população idosa no Brasil é maior no caso das mulheres; 48% das mulheres contra 40% dos homens declararam-se analfabetas no último censo do IBGE de 2000. Em consequência disso, as mulheres idosas estão mais expostas às dificuldades advindas da falta de escolaridade na busca de melhores condições de existência e sobrevivência.

Ações desenvolvidas junto aos idosos sob uma perspectiva sócio-educativa só começaram recentemente, a partir de 1960, com o trabalho pioneiro do Serviço Social do Comércio (SESC), com o objetivo de criar espaços de convivência e lazer.

Em 1976, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, que estabeleceu uma política direcionada ao idoso, mais especificamente aos aposentados.

A expressão Terceira Idade surge para designar os novos aposentados representantes de um envelhecimento ativo e independente. Ela é produto da universalização dos sistemas de aposentadoria e do surgimento de instituições e agentes especializados nas necessidades das pessoas idosas. Ou seja, com o advento da aposentadoria, a família deixa de arcar sozinha com os

custos financeiros de seus idosos e essa responsabilidade passa a ser dividida com o Estado.

No Brasil, o marco inicial da política previdenciária se dá em 1923, com a chamada Lei Elói Chaves, que instituiu as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para os ferroviários. As demais categorias profissionais foram abarcadas nos anos que se seguiram, chegando a um total de 183 em 1937. É também a partir de 1930 que são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que passam a coexistir com as CAPs, sendo o primeiro na forma privada e o segundo, na forma estatal.

A aposentadoria apresenta uma estreita relação com a velhice, pois para a maioria da população o aposentado é o cidadão que entra na velhice de forma convencional e legal.

A previdência social que se instituiu no Brasil a partir da década de 1930 tem duas características marcantes: promove a inclusão aos direitos sociais mediante o critério de inserção no mercado formal de trabalho; e se expande de acordo com a importância estratégica dos setores econômicos envolvidos e com a capacidade diferenciada de mobilização e reivindicação das categorias de trabalhadores. Trata-se, pois, predominantemente, de uma aposentadoria por tempo de serviço, comprovado mediante contribuição, mais do que um direito baseado numa idade cronológica oficial de entrada na velhice (SIMÕES, 2004, p. 87).

Isso é resultado do desenvolvimento do capitalismo, que leva a convencionar um limite máximo de idade para o trabalhador que, ao atingi-lo, é eliminado de seu trabalho.

No mundo em que o trabalho assumiu a principal referência do sujeito social, a situação de não trabalho reporta a sociedade, na qual dominam os valores utilitários, a considerar o excluído como incapaz, desnecessário e a partir da marginalização das atividades tidas como produtivas, considerá-lo como um não-ser, porque desvinculado do espaço que legitima os papéis sociais, ou seja, o espaço do labor (STANO, 2001, p. 32).

Como resultado disso, o aposentado apresenta, em sua grande maioria, baixa auto-estima, criatividade empobrecida, inserção social prejudicada, o que provoca no idoso uma atitude de inatividade e apatia. Na sociedade moderna, o idoso é apresentado como alguém que não é mais capaz de produzir e de ser útil à sociedade e que, portanto, deve ser substituído e descartado.

Essa postura também resulta da não preparação para o envelhecimento. Segundo Novaes (1997), é importante refletir sobre o vivido, assumindo novas posturas, como a de resgate de valores e modos de viver; de rompimento de rotinas; retomada de planos de vida incompletos; reconstrução da identidade pessoal e social com base em novos interesses e motivações. A procura de um sentido para a vida é fundamental para a realização do ser humano em qualquer idade, mas para o idoso sua vida ganha sentido quando há motivação e incentivo para agir.

A capacidade de gerir a própria vida com independência e autonomia garante ao idoso uma vida normal, pois a idade cronológica não é critério para a desistência de uma vida ativa. Percebe-se que há um número cada vez maior de idosos engajados em atividades voluntárias, o que preenche a necessidade de se sentir útil e contribuir socialmente para causas humanitárias.

Por outro lado, a saída do idoso do mercado de trabalho acaba provocando uma deterioração pessoal e social. Essa degradação social é engendrada por uma ideologia que dá suporte à eficiência e à segurança da sociedade moderna, em que o novo, o ágil, o habilitado a produzir e a consumir é que tem valor perante a sociedade.

Neste sentido, percebe-se que o tratamento dispensado ao idoso depende do papel social que este exerce, além da idade que o indivíduo tem. E se se levar em consideração o fator produtividade, o idoso acaba sendo considerado descartável, já que está inserido numa sociedade capitalista, em que se valoriza os que produzem e os que consomem.

O caráter do mundo moderno e sua natureza capitalista está dado pela ordem produtiva que torna o jovem e o adulto como produtores e compreende o velho e a velhice como uma irrupção perigosa da ordem, posto que já não produtivos para o capital (GUSMÃO, 2001, p. 117).

Mas paralelamente a esta realidade coexistem outras imagens de idosos na sociedade capitalista; há a imagem do envelhecimento bem sucedido, em que os idosos podem obter um certo controle sobre seu corpo, tornando-se ativos e dispostos por mais tempo, graças a mecanismos que a própria sociedade cria a fim de dar suporte a esta população com melhores condições financeiras, como o auxílio de profissionais, produtos e serviços.

Neste contexto, os idosos são vistos como um mercado consumidor em potencial, mercado que vai de produtos cosméticos, medicamentos, programas de lazer, empréstimos bancários facilitados etc.

A Política Nacional do Idoso, Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, trouxe uma nova perspectiva ao atendimento ao idoso, considerando-o como um cidadão com direitos e deveres. Em decorrência dessa nova postura diante dos idosos, criou-se o Estatuto do Idoso, com a Lei 10.741/03, que regula os direitos das pessoas como mais de sessenta anos.

As questões referentes à Terceira Idade no Brasil ainda carecem de muita atenção dos órgãos públicos e da sociedade em geral. Se há sucessos nas conquistas no campo da saúde que se refletem na longevidade dos indivíduos, o envelhecimento como processo ainda demanda novos serviços, benefícios e atenções que se constituem num crescente desafio pelo qual a Gerontologia se vê responsável.

A antropologia é a fonte que informa que as fases da vida humana não possuem particularidades ou características singulares com as quais se podem determiná-las. Segundo Debert (2003), o processo biológico é definido por rituais que delimitam as diferentes idades pelas quais o ser humano passa e isto difere também de acordo com as diferentes sociedades em que ocorrem.

Os estudos antropológicos sobre as categorias de idades mostram que “[...] a periodização da vida implica um investimento simbólico específico em um processo biológico universal” (DEBERT, 1994, p. 10).

Na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas, o estudo das periodizações da vida ocupa-se em modelar as representações culturais, revelando o que determina a produção e reprodução da vida social, o que faz com que as divisões etárias sejam uma criação cultural arbitrária, ou seja, “[...] a manipulação de categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida” (DEBERT, 2000, p. 53).

O objetivo do estudo de caráter antropológico desses problemas

[...] não é a resolução dos conflitos envolvidos na luta pelos direitos dos idosos. Não cabe ao antropólogo definir a idade correta para a entrada dos indivíduos na aposentadoria, ou o momento em que as pessoas ficam velhas demais para exercer certas atividades ou para ocupar determinadas posições sociais. Não cabe tampouco ao antropólogo avaliar quais os

programas e atividades que garantem uma adaptação bem-sucedida ao envelhecimento (Idem, 2000, p. 61).

A Terceira Idade é uma construção contemporânea, criada nas sociedades ocidentais, a fim de caracterizar o período compreendido entre a idade adulta e a velhice. Surgiu na França, a partir de 1962, país que logo após a guerra passou por um período de precárias condições sociais da população idosa, chegando à quase indigência social. Para tanto, entre os anos de 1945 e 1960, houve uma correção nas políticas sociais, pois estas eram até então pautadas na exclusão social. Esta, a partir desta revisão, foi substituída por uma proposta de integração. Essa nova política visava modificações político-administrativas, bem como à mudança da imagem das pessoas idosas. Até então havia uma distinção na nomenclatura no que se referia ao status social. Os pobres e indigentes eram chamados de “velhos” ou de “velhotes”, já para os que detinham uma situação financeira privilegiada ou atividade social valorizada recebiam a designação de idosos. Somente a partir dos anos sessenta, com essa nova política social francesa para a velhice é que o termo idoso passa a ser usado sem distinção e as pessoas idosas começam a ser respeitadas. Essa nova postura acaba chegando no Brasil, que, no final da década de sessenta do século passado, também começa a utilizar o termo em documentos oficiais. Observa-se então que

[...] as idades do homem são puras invenções sociais. O conceito de infância emergiu nos séculos XVIII e XIX, o de adolescência em fins do século XIX e o de juventude há cerca de 40 anos. O conceito de meia idade como etapa intermediária entre a idade adulta e a velhice data dos anos 60. Os anos 70 assistiram à promulgação do conceito de velhice avançada, sem dúvida um fato social e demográfico novo na história da humanidade [...] (NERI, 1995, p.18).

Como se pôde perceber, a Terceira Idade não é apenas determinada pela idade cronológica, mas é a este critério que se recorre para determinar essa faixa etária. Como na grande maioria dos países a aposentadoria começa aos 60 anos para as mulheres e aos 65 para os homens, por essa razão, com base em um critério econômico, a velhice inicia aos 60 anos. Sob o ponto de vista biológico, os geriatras dividem as idades em:

Primeira idade: de 0 a 20 anos;
Segunda idade: de 21 a 49 anos;
Terceira idade: de 50 a 77 anos;
Quarta idade: de 78 a 105 anos (SCHONS; PALMA, 2000, p. 109).

Há também uma outra classificação para os idosos que compreende três fases: idoso jovem, dos 66 aos 74 anos; idoso velho, dos 75 aos 85 anos; dos 86 em diante ocorre à manutenção pessoal (Idem, 2000, p.110).

Para a ONU, a Terceira Idade começa aos 60 anos nos países subdesenvolvidos e aos 65 anos nos países desenvolvidos. O envelhecimento ocorre em diferentes dimensões, concomitantes ou não: biológica, social, psicológica, econômica, jurídica, política etc. O envelhecer depende de muitos fatores ocorridos nas fases anteriores da vida, das experiências vividas na família, na escola ou em outras instituições. [...] “enquanto nas camadas sociais elevadas a longevidade se amplia, em media, para 70 ou até 80 anos, nas camadas economicamente inferiores, essa se mantém a níveis críticos de 40 a 50 anos”. (OLIVEIRA, 1999, p.83)

No que se refere à nomenclatura, o termo idoso designa as pessoas mais velhas, aquelas que são respeitadas; enquanto o termo terceira idade enquadra as pessoas em um grupo dinâmico ou socialmente ativo.

[...] são aquelas pessoas que, de alguma forma, estão envolvidas em atividades de enriquecimento pessoal, de convivência, de produtividade e que encontram com prazer um sentido para a vida (LOPES, 1990, p. 5).

Todos esses elementos presentes na sociedade capitalista determinam não só a qualidade de vida, como também a longevidade. Pessoas de classe alta podem cuidar mais da saúde, ler mais, usufruir de mais opções de lazer, ter acesso a informações que lhes permitam permanecer produtivos por muito mais tempo. As pessoas de classe média passam a ser excluídas quando se aposentam, pois perdem status, um grande percentual de sua renda diminui, o que exige delas a busca por uma segunda carreira a fim de continuar sendo reconhecidas e possuir uma razoável qualidade de vida. As pessoas de classe baixa já crescem na precariedade cultural, sanitária, financeira e educacional, o que diminui todas as chances de uma vida longa com qualidade.

Não se trata, porém, de uma escolha isolada, fora de condições históricas socialmente construídas. Trata-se da célebre tese de Marx de que “os homens fazem a história, mas não em condições escolhidas por eles”. As condições não escolhidas se referem a um conjunto de determinações que produziram uma determinada estrutura e superestrutura social que nos condiciona. Não se trata, porém, de uma estrutura e superestrutura produzidas por uma causalidade relacionada às forças da natureza, mas de

um processo teleológico tecido nas relações de força ou de poder entre os próprios seres humanos. Trata-se, pois de estruturas e determinações socialmente produzidas e, portanto, socialmente passíveis de serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos (LOMBARDI, 2005, p. 63).

Neste particular, os idosos compõem a minoria que sofre, não só em consequência do fator etário, mas também pelas condições de vida vividas desde a mais tenra idade. Assim, o idoso da classe baixa não é discriminado e marginalizado apenas por ser idoso, mas já o era muito antes, resultado das condições sociais e econômicas a que foi submetido pelo processo de reprodução capitalista. São três as ordens de problemas nos estudos sobre o tema:

[...] 1. como distinguir os efeitos das condições econômicas ou das minorias étnicas daqueles próprios do envelhecimento; 2. como encontrar medidores adequados do bem-estar na velhice, quando o que está em jogo não é apenas o nível de renda e de saúde, mas aspectos mais subjetivos como satisfação, solidão, níveis de ansiedade e insegurança e qualidade de apoio; 3. como entender a idéia de minoria ora tratada em sua dimensão cultural, ora como grupo discriminado e como compreender a maioria à qual as minorias se referem (DEBERT, 2004, p. 56).

A Terceira Idade é uma construção social e se tornou alvo de práticas institucionais que vieram promover a reflexão sobre o envelhecimento como objeto de saber e de profissionalização, o que orientou a constituição da gerontologia como campo de estudos.

1.1 SURGIMENTO DA GERONTOLOGIA COMO CAMPO DE SABER

Com o aumento da população idosa no final do século XIX e a constatação de que esta se tornaria um ônus à sociedade, começam a surgir manifestações de inspiração humanitária que acabaram influenciando e estimulando estudos e pesquisas no que se refere à situação dos idosos carentes. Tais movimentos iniciaram-se primeiramente na França e na Inglaterra, mas foi na Alemanha, com Bismarck, que surgiu a primeira lei de sistema de seguros e poupança do século XX para os operários com 70 anos.

No final do século XIX, a maioria da população urbana com mais de 60 anos não possuía pensão nem salário. Por essa razão, construíram-se, nesta época, mais de 40% dos asilos. A maioria dessas instituições foi financiada com fundos privados.

Paralelamente à questão econômica, no período de 1904 a 1909 ocorria uma fase de crescimento científico que acabaria acrescentando novos conceitos não só à medicina, como a outros campos do conhecimento: sociologia, antropologia, economia etc.

O envelhecimento enquanto campo de pesquisa iniciou-se em 1908, com o Dr. Ilya Metchnikoff, médico russo, emigrado da Rússia para a França e Prêmio Nobel da Medicina do mesmo ano. Além de criar a teoria do envelhecimento, se preocupou também com o seu tratamento. Deve-se a ele a criação do termo *gerontologia*, originado de duas raízes gregas: *geronto* = *velho* e *log(o)* + *ia* = *estudo*, portanto 'estudo da velhice'.

Em 1909, o médico austríaco Ignaz Leo Nascher, emigrado para os Estados Unidos, criou o termo *geriatria*, composto também de duas raízes gregas: *ger(o)* = *velho* + *iatrikos* = *tratamento*. A Geriatria é um ramo da Gerontologia e da Medicina que trata da saúde das pessoas idosas. Em 1914, foi fundada a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque. No entanto, sentiu-se certa dificuldade de agregar parceiros em suas investigações sobre o envelhecimento, pois suas pesquisas não

se limitavam a pesquisar aspectos clínicos dos idosos e, sim, a integrar ciência básica, pesquisa social e direito.

Destacou-se também como pesquisador na área o psicólogo G. Stanky Hall, que, em 1922, quando publicou seu livro "Senescence: The last half of life" procurou comprovar que as pessoas idosas tinham recursos até então desconhecidos.

Gerontologia é o campo multi e interdisciplinar que trata da descrição e da explicação das mudanças típicas do processo do envelhecimento e de seus determinantes genéticos, psicológicos e sócio-culturais. Interessa-se, também, pelo estudo das características dos idosos, bem como pelas várias experiências de velhice e envelhecimento que ocorrem em diferentes contextos sócio-culturais e históricos. Abrange aspectos do envelhecimento normal e patológico, compreende a consideração dos níveis atuais de desenvolvimento e do potencial para o desenvolvimento.

A Gerontologia está dividida em dois ramos principais: a Gerontologia Social, que trata dos direitos dos idosos a partir de normas, leis, decretos, portarias e regulamentos e a Geriatria que trata e estuda a saúde dos idosos de forma preventiva, clínica e terapêutica, no entanto, a Gerontologia só vai efetivar seu papel multidisciplinar a partir dos anos 40 do século passado, após o período do pós-guerra, quando extrapola os limites do corpo envelhecido e começa a tratar também dos aspectos psicológicos e sociais da velhice.

No Brasil, a constituição da geriatria como especialidade médica se dá entre as décadas de 1960 e 1970. No início, o reconhecimento de tal especialidade sofreu sérias críticas, pois era considerada uma forma de exploração de alguns médicos que atendiam os velhos em asilos. Foi com os esforços da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) que a nova especialidade foi reconhecida como campo científico do conhecimento.

Em 1982, acontece em Viena a Assembléia Mundial do Envelhecimento (AME), que procura sensibilizar a sociedade para a questão do envelhecimento. O Governo Federal Brasileiro correspondeu à ação constituindo a Política Nacional do Idoso. Tal processo se deve em grande parte à participação da SBGG que, através de vários eventos, sensibilizou e formou médicos e outros profissionais promovendo essa multidisciplinaridade.

A Gerontologia é um campo de saber construído na intersecção de várias disciplinas, que trazem consigo não só suas contribuições teóricas e práticas, mas também seus modelos, métodos e teorias. Tem como principais eixos de pesquisa a Biologia, a Psicologia e as Ciências Sociais. O objeto de estudo da Gerontologia integra as dimensões biológicas, psíquicas, sociais, culturais e estéticas, também

[...] em sua constituição, incorpora subsídios científicos e técnicos de outros ramos que lhe são afins (ciências factuais e ciências técnicas), transcendendo-os. Aqui está sua maior contradição, que corresponde a sua maior riqueza: ao mesmo tempo em que se coloca como “especialização”, ela ultrapassa, de imediato, as características de atornização e de unilateralidade. Não pode fragmentar o objeto porque a parte que ela isola ou arranca do contexto originário do real – o velho e o processo de envelhecimento – só pode ser explicada efetivamente na integridade de suas características. Ao responder essa necessidade intrínseca, a Gerontologia desenvolve um trabalho interdisciplinar em sua própria gênese e no fundamento da própria ação interventiva (SÁ, 2004, p. 227).

Com o envelhecimento biológico, o indivíduo torna-se menos ativo, suas capacidades físicas diminuem. Por vezes começa a aparecer a depressão resultado do sentimento da velhice, o que leva a um possível estresse e a uma diminuição da atividade física, que, por sua vez, resulta na aparição de doenças crônicas que contribuem ainda mais para o envelhecimento. No entanto, a condição física do envelhecimento depende da interação de vários fatores: condição psicológica, estilo de vida, constituição genética e os elementos do meio em que se vive.

Qualquer consideração séria sobre o envelhecimento biológico precisa definir todos os três fenômenos que caracterizam finitude da vida. São eles: longevidade, envelhecimento e morte. Longevidade é o período do tempo no qual se pode esperar que um animal viva, dadas as melhores circunstâncias. No caso dos seres humanos recém-nascidos, a longevidade média (expectativa de vida) nos países desenvolvidos é de cerca de 75 anos e a longevidade máxima (tempo de vida) é de cerca de 115 anos. [...] Envelhecimento representa as perdas na função normal que ocorrem após a maturação sexual e continuam até longevidade máxima para os membros de uma espécie. [...] Morte é o evento final no qual a vida termina (HAYFLICK, 1996, p. 7).

Além das mudanças biológicas e das transformações psicológicas que ocorrem no indivíduo, o envelhecimento transforma também suas relações com o meio social. Com o envelhecer, as funções sociais do homem se tornam mais

reduzidas, há uma perda progressiva de autonomia e independência, um progressivo esvaziamento dos papéis sociais, entre outros.

Os fatores econômicos indicam os limites da gerontologia, enquanto estudo da senescência individual.

A involução senil de um homem produz-se sempre no seio de uma sociedade; ela depende estreitamente da natureza dessa sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo em questão. O próprio fator econômico não poderia ser isolado das superestruturas sociais, políticas e ideológicas de que está revestido; considerado de maneira absoluta, o nível de vida não passa, ainda, de uma abstração; com recursos idênticos, um homem pode ser considerado rico no meio de uma sociedade pobre, e pobre no meio de uma sociedade rica. Para compreender a realidade e a significação da velhice, é, portanto indispensável examinar o lugar que é destinado aos velhos, que representação se faz deles em diferentes tempos, em diferentes lugares (BEAUVOIR, 1990, p. 47),

A velhice é, sobretudo, uma experiência heterogênea e merece atenção sobre vários fatores tais como gênero, classe social, saúde, educação, personalidade, história passada e contexto histórico social. Porque,

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas idéias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios (MARX, 2001, p. 98).

Os maiores objetivos das ações da gerontologia são a manutenção e a elevação da qualidade de vida dos indivíduos e grupos de idosos. Esta, por sua vez, é afetada em maior ou menor grau, por valores e expectativas individuais e coletivas, como satisfação com a vida, expectativa de futuro etc. O envelhecimento é uma etapa que deve se entendida e não negada.

Portanto, o desafio da gerontologia é encará-la como um tempo de possibilidade e de redeterminação da própria vida. Seu campo de atuação é bastante heterogêneo e complexo nos quais geriatras, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, ergonomistas, pedagogos, psicólogos e outros se articulam num trabalho multi e interdisciplinar, a fim de manter os idosos integrados e socialmente participativos.

O estudo científico do processo de envelhecimento, a gerontologia, ainda é uma ciência incipiente no que se refere ao fenômeno da longevidade, fenômeno que se impõe à sociedade.

Envelhecer com qualidade de vida é amadurecer com dignidade, respeito, tornando-se ativo, criativo, participativo e sujeito transformador da sociedade.

Avaliar a qualidade de vida na velhice

[...] implica a adoção de múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e sócio-estrutural. Vários elementos são apontados como determinantes ou indicadores de bem-estar na velhice: longevidade; saúde biológica; saúde mental; satisfação; controle cognitivo; competência social; produtividade; atividade; eficácia cognitiva; status social; renda; continuidade de papéis familiares e ocupacionais, e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos) (NERI, 1993, p. 9).

Graças às novas pesquisas no campo da gerontologia aumentou-se a consciência de que para se ter qualidade de vida na velhice não é necessário apenas responsabilidade pessoal e, sim, uma interação entre o indivíduo e contexto social que, por sua vez, estão sempre em transformação.

Quanto ao aspecto psicológico da velhice, Sueli Aparecida Freire (2003) afirma que a questão do bem-estar psicológico tem sido bastante estudada dentro de perspectivas teóricas que procuram investigar os aspectos positivos do envelhecimento. Ela apresenta um modelo teórico que contém seis dimensões do funcionamento positivo para explicar o bem-estar.

1. Auto-aceitação: implica uma atitude positiva do indivíduo em relação a si próprio e a seu passado; implica reconhecer e aceitar diversos aspectos de si mesmo, incluindo características boas e más.
2. Relações positivas com os outros: envolve ter uma relação de qualidade com os outros, ou seja, uma relação calorosa, satisfatória e verdadeira; preocupar-se com o bem-estar alheio; ser capaz de relações empáticas, afetuosas.
3. Autonomia: significa ser autodeterminado e independente; ter habilidade para resistir às pressões sociais para pensar e agir de determinada maneira; avaliar-se com base em seus próprios padrões.
4. Domínio sobre o ambiente: ter senso de domínio e competência para manejar o ambiente; aproveitar as oportunidades que surgem à sua volta; ser hábil para escolher ou criar contextos apropriados às suas necessidades e valores.
5. Propósito na vida: implica ter metas na vida e um sentido de direção; o indivíduo percebe que há sentido em sua vida presente e passada; possui crenças que dão propósito à vida; acredita que a vida tem um propósito e é significativa.
6. Crescimento pessoal: o indivíduo tem um senso de crescimento contínuo e de desenvolvimento como pessoa; está aberto a novas experiências; tem

um senso de realização de seu potencial, e suas mudanças refletem autoconhecimento e eficácia (FREIRE, 2003, p. 26).

A gerontologia tem procurado investigar o envelhecimento humano a fim de desfazer algumas visões distorcidas em relação à velhice como um tempo de decadência, infelicidade e insatisfação. É necessário que as investigações levem à compreensão do envelhecimento com seus limites bem como de suas potencialidades. Essa compreensão levará a sociedade em geral a gerar alternativas de intervenção que visem ao bem-estar dos idosos.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO PERMANENTE

Os anos da década de 1950 foram marcados pela expansão industrial no Brasil, e para que tal expansão viesse a superar o conjunto de fatores de retardamento gerados pelo subdesenvolvimento econômico e no campo educacional buscava-se uma educação para o desenvolvimento.

A educação era considerada instrumento de mudança em busca do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o educando não seria apenas o aluno em idade escolar e, sim, o de qualquer idade. Essa educação visava à preparação de mão-de-obra especializada exigida pelo desenvolvimento tecnológico emergente e era a expressão clara da ideologia nacional-desenvolvimentista elaborada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, como a aplicação das metas do governo de Juscelino Kubitschek cujo lema era “realizar cinquenta anos em cinco”.

Na década de 1970, realizaram-se várias análises no que se refere às desigualdades de oportunidades educacionais para os diferentes grupos sociais da população. Entre elas destacaram-se as análises de Althusser, que concebe as escolas como aparelhos ideológicos do Estado; de Bourdieu e Passeron, que consideram a educação como violência simbólica; de Illich, que defende uma sociedade sem escolas; de Baudelot e Establet, que denunciam as escolas dualistas ou capitalistas, as quais, segundo eles, oferecem oportunidades iguais de educação a toda população somente de forma aparente.

No Brasil, vários educadores analisaram o pensamento pedagógico. Dentre esses educadores destacam-se Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, entre outros.

Garcia apud Gadotti (1991) apresenta o pensamento pedagógico sob dois enfoques teóricos antagônicos: a teoria da modernização e a teoria da

dependência. A teoria da dependência mostra que a educação intencional e não intencional reforça as demandas simbólicas das classes dominantes e dominadas. Já a teoria da modernização demonstra que a educação contribui para a modernização da sociedade, por meio da criação de quadros técnicos, possibilitando a mobilidade social e redistribuição de renda. A primeira teoria reforçou as análises reprodutivistas da educação e a proposta de um desenvolvimento educacional autônomo; a segunda revelou-se conservadora.

Saviani apud Gadotti (1991) esboça quatro grandes concepções: a do humanismo tradicional, marcado por uma visão essencialista do homem; do humanismo moderno, que propunha uma visão de homem centrada na existência, na atividade; da concepção analítica, que de início apresentou uma definição filosófica positivista e depois tecnicista. Depois de 1968, houve o predomínio da tendência tecnicista e a concomitante emergência de críticas à pedagogia oficial e à política educacional que buscava implementá-la.

De modo bastante próximo ao da análise de Saviani, Libâneo apud Gadotti (1991) classifica as tendências pedagógicas da prática escolar em liberais e progressistas. Entre as primeiras, inclui a tendência tradicional, a renovada progressivista, a renovada não-diretiva e a tecnicista. No segundo grupo, incluem-se a tendência libertadora, a tendência libertária e a tendência crítico-social dos conteúdos.

Essas teorias foram debatidas como uma tentativa de explicar o golpe militar de 64 e o fracassado movimento da esquerda e se constituíram num quadro teórico-explicativo da organização e do funcionamento do sistema educacional de uma sociedade que tem como base profundas desigualdades sociais.

Elas

[...] explicaram que o fracasso era inevitável porque a cultura é determinada pelas condições econômicas e, assim, era ingenuidade procurar fazer uma revolução social pela via cultural. As referidas teorias procuravam mostrar como a cultura, em geral, e a escola, em especial, são aparelhos ideológicos de Estado que têm a função de reproduzir as relações de produção pela via da qualificação e disciplina da força de trabalho e pela via da inculcação da ideologia dominante. Elas alimentaram as nossas contestações ao regime militar ao longo da década de 70 (SAVIANI, 1991, p.73).

Neste início do século XXI estamos vivendo a era da globalização, um novo palco da história em que uma realidade problemática cheia de contradições e tensões da sociedade é descortinada, resultante de movimentos internacionais de integração e de fragmentação, de interdependência e acomodação. Um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial, se mostra envolvendo ações e nacionalidades, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações.

De maneira lenta e imperceptível, ou de repente, desaparecem as fronteiras entre mundos, modificam-se os significados das noções de países centrais e periféricos, do norte e sul, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais. Literalmente, embaralha-se o mapa do mundo, umas vezes parecendo reestruturar-se sob o signo do neoliberalismo, outras parecendo desfazer-se no caos, mas também prenunciando outros horizontes. Tudo se move. A história entra em movimento, em escala monumental, pondo em causa cartografias geopolíticas, blocos e alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas (IANNI, 1997, p. 8).

O processo de globalização que atinge as sociedades nacionais acaba ampliando as diversidades e desigualdades, para salvaguardar o desenvolvimento do capitalismo mundial se encarrega em aprofundar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais (IANNI, 1997). E essas desigualdades atravessam os modos de vida e o pensamento de indivíduos e da coletividade, abrindo um amplo panorama social, a partir do qual se criam e recriam correntes de pensamento, pois a

[...] a igualdade e a democracia levam à servidão, e a liberdade do mercado é o valor essencial, para nós, é fundamental como princípio básico universal a igualdade, a solidariedade e a democracia efetiva. Igualdade não quer dizer uniformidade, como quer fazer crer o neoliberalismo. Ao contrário, é a única e autêntica diversidade. Neste sentido, o lema de Marx conserva hoje imensa atualidade: a cada um, segundo suas necessidades, de cada um, segundo suas capacidades (FRIGOTTO, 1996, p. 13).

A importância da educação na era global toma corpo a partir da constatação de que o conhecimento configura-se como terceiro fator de crescimento econômico, além do capital e do trabalho. Essa consideração de que a educação é um fator de crescimento econômico e de desenvolvimento social é uma tese conservadora das teorias neoliberais a fim de recompor a hegemonia do ideário

burguês após a última crise do capitalismo, ocorrida nas últimas décadas do século passado.

Como necessidade de adaptar rapidamente os indivíduos às tendências previsíveis da economia propõe-se o termo 'educação permanente' como uma exigência para a manutenção da política econômica. No Brasil, o termo educação permanente vem acompanhado das expressões "educação para a mudança", "educação do homem de amanhã", "educação para o desenvolvimento".

Apesar de ser um fenômeno eminentemente humano, a educação é também permeada pelas variadas relações existentes na sociedade e por isso se apresenta de forma diferenciada com relação ao tempo e ao espaço.

Conclui-se, pois, que não existe educação como valor abstrato e absoluto, mas o que existem são diferentes enfoques da educação, relacionados a expectativas, experiências, condições de vida e de trabalho de homens situados historicamente em um contexto social específico. Qualquer conceito ou idéia relacionado à educação surge de contribuições filosóficas e científicas. (OLIVEIRA, 1999, p. 231).

O termo educação permanente surgiu em 1955, na França, criado por Pierre Arents. Há vários significados para o termo, os quais podem ser classificados em três grupos. No primeiro grupo

[...] a educação permanente seria sinônimo de culturalização ou de socialização, processo psicossociológico consistente em que todo ser humano fica quase que totalmente programado pela cultura da sociedade em que vive. A palavra permanente, dentro desse primeiro grupo de classificação, significa que, ao longo da vida, todos os seres humanos recebem impactos de seu entorno que os influenciam além da sua vontade (PALMA, 2000, p. 104).

Para o segundo grupo, o termo

[...] aparece no que tradicionalmente se conhece por educação de adultos. Esta é entendida como um conjunto de atividades que têm por objetivo capacitar os indivíduos depois do período escolar para que se adaptem à sociedade em que estão inseridos. É a educação de adultos para que adquiram consciência crítica da sua sociedade e, logo, a modifiquem (IDEM, 2000, p. 104).

No terceiro grupo,

[...] assinala-se uma nova visão do fenômeno educativo em que se busca um câmbio total no processo da educação. Esse novo conceito de

educação permanente estabelece uma proposta que se contrapõe às anteriores. Nem a instrução nem a educação devem pertencer a um período limitado de estudos por mais que esses se prolonguem, senão que continuem sendo oferecidos aos cidadãos e ao longo de toda a vida. A expansão dos anos de escolaridade não trouxe a igualdade prometida, por conseguinte, é questão de se buscarem outros caminhos (IDEM, 2000, p. 104).

O tema é amplo e vários estudiosos e pesquisadores trabalharam na tentativa de interpretá-lo. No Brasil, destacam-se Pierre Furter, Durmeval Trigueiro e Arlindo Lopes Corrêa.

Pierre Furter esteve no Brasil em 1964 para ministrar um curso de Filosofia da Educação e então propôs as primeiras noções de educação permanente aos brasileiros. Entre as discussões propostas por ele se destacam: “o homem, por ser inacabado, tende à perfeição. A educação é, portanto, um processo contínuo que só acaba com a morte” (FURTER, 1966, p. 67). A educação deve ser contínua ou seja

[...] uma constante na vida humana e que permita viver plenamente o nosso mundo planetário, não pode ser preenchida por um simples prolongamento da educação, nem por um maior alastramento do campo escolar. Deve tomar a forma de uma educação permanente, a partir da qual deverá ser pensada toda a educação e que obrigará os educadores a inventar novas técnicas e novos métodos adequados (IDEM, 1969, p. 127).

Em 1967, durante um Seminário organizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife, quando o desencantamento do ativismo pedagógico se instalou, Durmeval Trigueiro deu sua contribuição propondo a idéia de que uma reforma da educação é indispensável para uma nação moderna. Além disso, afirmou que o instrumento ideal para tal reforma era a educação permanente para criar caminhos no alcance rápido do futuro.

A educação permanente era

[...] entendida como um sistema aberto, que utilizava toda a potencialidade da escola e da sociedade para produzir os valores, conhecimentos e técnicas que serviam de base à práxis humana em toda a sua extensão (TRIGUEIRO, 1969, p. 15).

Arlindo Lopes Corrêa apresentou seu posicionamento quanto à educação permanente em 1973 e seu entendimento sobre o tema deve ser delimitado pelos acontecimentos políticos de 1964, razão por que tem um significado

totalmente diferente dos estudiosos citados. Para ele, a educação permanente é uma proposta de reorganização de todo o sistema de educação de adultos no Brasil.

Para Corrêa, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) era o instrumento de renovação sobre os demais componentes do sistema social. Ele propôs o modelo norte-americano de transferência da formação profissional às empresas e às associações estrangeiras e para o Estado a responsabilidade pela formação geral.

Além de todo este ideário da educação permanente, chega ao Brasil o termo andragogia (andros=homem, agogia=direção). Este pode ser definido como a teoria da formação permanente do homem. No entanto, a andragogia, que originalmente significava 'educação do homem', passou a ser interpretada como a 'educação do adulto'. O MOBRAL é o maior exemplo de incorporação do ideário da educação permanente, pois a lei que o criou fala em educação continuada de adultos e adolescentes.

O "Sistema de Educação Permanente" concebido pelo MOBRAL reflete o enfoque econômico que via a educação de adultos como condição essencial para o desenvolvimento do país e, portanto sua ação é marcada pelo binômio educação-trabalho (CORRÊA, 1979, p. 76).

A proposta de Corrêa para a educação permanente não é somente uma tecnologia social, mas também um instrumento de mobilização e manipulação política que ajudará na implantação do novo regime.

A educação apresenta uma visão economicista e funcionalista que forma recursos humanos para o trabalho produtivo. Com isso a escola coloca-se a serviço do Estado burguês, que visa atender aos interesses da classe economicamente dominante (FRIGOTTO, 1984). Assim, a formação para o trabalho acaba sendo o principal objetivo do sistema educacional, a partir do desenvolvimento de uma escola capitalista estruturada pela lógica disciplinar e fundada em currículos e conteúdos estanques e rígidos que em nada privilegiam a criatividade dos alunos.

Na verdade, a educação andragógica utilizada nos centros de capacitação profissional, nas empresas ou em qualquer âmbito em que se pratique a formação para o trabalho não se diferencia em nada da educação pedagógica, de viés funcionalista, quanto aos propósitos de adestramento e adequação da mão-de-obra ao processo produtivo capitalista (PERES, 2007, p. 343).

Foi por meio da andragogia, utilizada em substituição a 'educação de adultos', que se chegou até a 'educação permanente', pois no Brasil este termo chegou no conjunto do ideário da 'educação permanente'.

2.1 CONCEITUANDO O TERMO EDUCAÇÃO PERMANENTE

É possível, por meio da educação, atender às necessidades que o ser humano tem de estar em contato contínuo com situações de mudança, o que exige uma constante aprendizagem do homem. Por isso, a educação é considerada um processo permanente.

Diz-se também que a educação permanente não pode ser reduzida a uma simples educação extra-escolar, nem complementar, nem de adultos ou prolongada. Por outro lado, devem-se abrir novas perspectivas no campo educacional, preconizando uma reestruturação e redefinição das estruturas vigentes no que diz respeito à educação de qualquer país (TRIGUEIRO, 1969).

A educação permanente é definida como uma transformação do ensino supletivo para adultos, em que o sistema escolar e profissional seja integrado pela escolha profissional e o ensino supletivo em conjunto, permitindo a promoção educativa e ocupacional do indivíduo, seja preparando-o para o trabalho eficaz, seja permitindo a volta para o sistema escolar (CORRÊA, 1979).

Paralelamente a todas essas conceituações e discussões sobre o tema ocorre um fenômeno social e mundial, a longevidade, que acaba por inserir os idosos dentro do processo educacional. Ao participar deste, os idosos podem promover seu enriquecimento pessoal a partir de novos conhecimentos que irão preencher seu tempo livre e também inseri-lo e integrá-lo na sociedade. E isto pode ser percebido pelo crescente número de programas criados por instituições educacionais a fim de atender a população de terceira idade, para quem aprender deixou de ser condição para manter posições sociais ou conseguir aumentos salariais e, sim, uma maneira de ocupar a mente, aprimorar conhecimentos ou adquirir novos para ficar em sintonia com a atualidade.

A formação necessária que permite que qualquer indivíduo viva e seja capaz de atuar na sociedade do conhecimento não pode mais ser pensada como algo que acontece somente no âmbito da escola. Entendendo a aprendizagem como uma atividade contínua que se estende ao longo da vida, percebe-se também a necessidade de que as instituições educacionais alterem seus métodos e abordagens pedagógicas, buscando acompanhar as transformações da sociedade.

A educação realizada com os idosos tem um sentido e objetivo específico: busca promovê-los, estabelecendo contato com a sociedade, o que acaba por desenvolver o indivíduo em vários aspectos – intelectual, físico, manual, artístico, social e afetivo.

Este aprendizado se faz aprendendo dentro de uma pedagogia e educação social que qualificam a intervenção pela qualidade de vida. Trata-se de uma educação que conscientiza, capacita e organiza os atores para serem também autores coletivos de suas histórias, mesmo no âmbito da saúde, do lazer, da recreação e da espiritualidade, não descurando, mas ressignificando as diferenças e singularidades de cada um (KRUG, 2005, p. 63).

A Unesco, em 1980, propôs que a educação de pessoas idosas tem como finalidades os seguintes aspectos apresentados sinteticamente por Nara Costa Rodrigues:

1. considerar menos o conteúdo e mais o despertar nela a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar influenciando na sua vida. Aumentando o senso de suas responsabilidades, a pessoa idosa poderá melhorar sua saúde física e mental, o que contribuirá para que ela se afirme cada vez mais no dia a dia e no seu comportamento social;
2. minimizar o isolamento, a solidão em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com pessoas de sua geração e, também, com as de outras gerações;
3. proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a do aposentado, além de conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento; ainda, atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos;
4. proporcionar a tomada de consciência as pessoas idosas da riqueza de sua vida pessoal e profissional e da importância da comunicação de sua experiência a outras gerações, desenvolvendo o equilíbrio e a compreensão mútua num mundo tão conflituado e que muda rapidamente (SCHONS, 2000, p. 162)

Sabendo-se do preconceito e do descaso que ainda pairam sobre os idosos em nossa sociedade, entende-se que a educação é o caminho pelo qual se podem promover mudanças significativas com relação a toda população e

principalmente aos próprios idosos, que, por vezes, precisam preparar-se para viver positivamente esta etapa da vida. O grande desafio da educação permanente, quando vista sob este prisma, instala-se justamente no fato de que a educação sempre esteve dirigida às crianças e jovens e ao aprendizado da produção e não voltada a educar preparando para o mundo em constante mudança e para uma vida interativa, inconclusiva que considere vários aspectos da vida em sociedade.

A importância da educação permanente diferentemente dos animais,

[...] que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela tem. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens do devenir da realidade (FREIRE, 2003, p. 73)

Essa educação é demarcada principalmente pela presença do idoso nos cursos de extensão espalhados pelo Brasil que vêm rompendo, mesmo que de forma lenta e discreta, com uma educação circunscrita às periodizações da vida, que distribui de modo desigual o conhecimento, sendo mantenedora de exclusão e marginalidade social.

A educação permanente é aquela que se preocupa com a emancipação e a transformação do próprio sujeito e, por conseqüência, da sociedade, pois promove a participação do cidadão no ambiente em que vive com criatividade, inteligência múltipla e autonomia, principalmente os idosos, que podem contribuir com a sociedade por meio de sua experiência de vida às novas gerações,

[...] consagrado pelo princípio da educação para todos ao longo de toda a vida, insere uma perspectiva de política educativa cujo eixo de apoio é a redistribuição social do conhecimento, a universalização da cultura (ALENCAR, 2002, p. 69).

A educação para o idoso precisa contemplar que o homem, independentemente da idade, pode continuar aprendendo, porque o processo de apropriação e construção do saber é processual, inacabado para todos; o que difere são as motivações. E para o idoso a motivação para continuar aprendendo está na necessidade de continuar interagindo, tendo autonomia e sendo ativo. Barcia (1982, p. 63) define educação permanente “como um processo de afirmação do indivíduo

através da tomada de consciência para um autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver”.

A educação permanente quando dirigida ao idoso deve compreender que a velhice é apenas mais uma etapa da vida que pode ser vivida de forma positiva, de modo a promover o crescimento pessoal acompanhado de novas experiências, interação e integração ao meio em que vive. Trata-se de oferecer aos idosos condições para a defesa de sua autonomia pessoal e social.

O grande desafio da educação permanente é cuidar para que se promova a autonomia, a crítica, a independência de pensamento e compreensão da realidade. Que seja capaz de democratizar a cultura produzida dentro e fora do espaço contextual do idoso; que seja capaz de promover a interação e respeito entre todas as pessoas, independentemente da idade.

A interdisciplinaridade deve ser a base da educação permanente, fundamento ideal da educação dirigida aos idosos. Esta deve considerá-los como donos de uma história pessoal e de uma bagagem de conhecimentos constituída ao longo da vida, a qual não deve ser preterida em favor de conteúdos formatados pela universidade, mas aproveitada e potencializada por ela. A nenhum sujeito da educação se aplica tão bem quanto aos idosos a noção de que o ser humano é agente do seu próprio crescimento e da transformação da realidade (CACHIONI, 2002, p. 3).

A interdisciplinaridade em educação tem muito a se desenvolver, pois tudo que foi pensado, desejado e buscado pelos pesquisadores e educadores ainda carece, na prática, da substituição de uma ciência fragmentada por uma ciência unificada. Pois é somente a partir de um enfoque interdisciplinar que é possível a identificação entre o vivido e o estudado.

Assim, é fundamental que a educação formal se concentre num processo permanente de busca de novos caminhos de aprendizagem e novos espaços educativos a fim de ajudar os idosos a crescer e transformar a realidade. A educação dirigida aos idosos deve modificar os objetivos, conteúdos e métodos de acordo com as suas necessidades e anseios.

A pedagogia para uma educação emancipatória, que abranja os idosos, é desafiadora, na medida em que demanda do profissional da educação uma maior competência no desenvolvimento da autonomia dos indivíduos envolvidos no processo educacional, bem como das instituições que promovem este tipo de programa educacional, visto que em seu espaço acabará por ocorrer uma educação

que rompe com um modelo de educação que é mera apropriação de um instrumental técnico para a eficiência.

2.2 EDUCAÇÃO PERMANENTE E A CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE

Pensando em Educação Permanente dirigida aos idosos e objetivando contribuir com a pesquisa gerontológica, Pierre Vellas, professor de Direito Internacional, criou o primeiro programa de Universidade da Terceira Idade, que oferecia programas de Educação Permanente, educação para a saúde e ações de serviço à comunidade.

A primeira Universidade foi criada em 1973, no sudoeste da França, na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse. Suas atividades foram dirigidas em especial a uma população que viveu as duas Guerras Mundiais e que, na época da criação da universidade, estavam vivendo seu tempo livre de forma ativa e dispunham de uma esperança de vida maior e qualidade de vida melhor que as das gerações anteriores.

Segundo Vellas apud Uchôa (1997), no primeiro momento os objetivos do programa eram tirar os idosos do isolamento, aumentar seu interesse pela vida ativa e modificar a imagem dos idosos perante a sociedade; num segundo momento, as universidades começaram a desempenhar o papel de centros de pesquisas gerontológicas que contribuíram para melhorar os níveis de vida e saúde dos idosos em geral; nos anos 80, as universidades preocuparam-se em desenvolver um currículo adaptado às necessidades educacionais dos indivíduos que possuíam um nível educacional mais elevado e estavam se aposentando mais cedo.

Após a França, outros países aderiram ao programa, entre eles a Bélgica, Suíça, Polônia, Itália, Espanha, Canadá e Estados Unidos.

O célere crescimento quantitativo das universidades da terceira idade acabou por gerar dois modelos diferentes de programas que foram adotados por inúmeros países.

O modelo francês original, que tem suas bases no sistema tradicional universitário, foi recebendo alterações à medida que a clientela tornava-se heterogênea. O programa passou a ser oferecido também por outras instituições, atendendo aposentados precoces, donas de casa, desempregados e pessoas que, de alguma forma, haviam sofrido desvantagens educacionais. Os cursos oferecidos variam em conteúdo, maneira de apresentação e formato. Em geral, eles incluem aulas e cursos abertos, acesso aberto e disponível a diferentes cursos universitários, grupos de estudo, oficinas de trabalhos, excursões e programas de saúde, e os conteúdos oferecidos são principalmente das áreas humanas e artes (SWINDELL; THOMPSON apud CACHIONI, 2002, p. 147).

O modelo inglês foi criado em Cambridge, em 1981.

Para os criadores desse modelo, as pessoas que freqüentam o programa podem atuar tanto como professores quanto como alunos, com possibilidades de se engajar em pesquisas. Baseia-se no ideal de auto-ajuda, considerando que os especialistas de todas as áreas envelhecem e se aposentam. Os alunos mais idosos não precisam pagar os professores mais jovens para receber educação. Sendo assim, beneficiam-se do contato com seus semelhantes e, através dessa ação conjunta, colaboram com a universidade e a sociedade. Além dos próprios idosos, profissionais e não-profissionais são envolvidos no programa. São apontados como benefícios desse modelo: o baixo custo para seus participantes, ao contrário do modelo francês que apresentava altos custos para a sua clientela; o acesso facilitado pelo fato de as atividades serem oferecidas em prefeituras, bibliotecas, centros comunitários, escolas, domicílios; horários, currículos e métodos bem flexíveis; ampla oferta e nenhuma restrição acadêmica para o ingresso (SWINDELL; THOMPSON apud CACHIONI, 2002, p. 148)

Cachioni pesquisou as experiências de universidades da terceira idade no âmbito internacional e considera que, apesar do sucesso dos experimentos, há pouca publicação sobre o tema, o que dificulta a pesquisa. Os dados que relata são resultado de fontes recentes, tais como o periódico *Educational Gerontology*, folhetos informativos. Sua fonte principal é o artigo de Swindell e Thompson, de 1995.

Dentre as informações obtidas por ela, observa-se que os países que seguem o modelo inglês são: Austrália, introduzida pela Universidade de Melbourne desde 1984; Nova Zelândia, em Auckland, em 1989; República Tcheca, com cerca de 45 universidades que desenvolvem atividades para adultos maduros e idosos.

Já os que seguem o modelo francês são em maior número: EUA, em 1975, que apresentou uma certa dificuldade de adesões ao programa; França, Bélgica, Suíça, Alemanha, Polônia, Espanha, Itália, Holanda e Argentina.

Há países que apresentam programas com modelos próprios, mas o que realmente importa é que a universidade da terceira idade é um movimento que

obteve sucesso na maioria dos países e vem promovendo qualidade de vida aos idosos, criando oportunidades de atividades intelectuais, culturais e política. A Universidade leva a população idosa a viver de forma participativa e produtiva na sociedade em que está inserida. O direito à educação é outro fator que a criação das universidades propicia aos cidadãos idosos.

No Brasil, a educação voltada à população de adultos e idosos começou a delimitar seu lugar na história a partir de 1930, quando começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente em 1940.

Com o fim da ditadura de Vargas em 1945, o país vivia a efervescência política da redemocratização. A segunda Guerra Mundial recém terminara e a Organização das Nações Unidas (ONU) alertava para a urgência de integrar os povos visando à paz e à democracia. Tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo federal, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção.

Nesse período, a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. Pretendia-se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguia-se uma etapa voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário.

No final da década de 1950, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Com todas essas críticas surgiu uma nova discussão sobre o problema do analfabetismo e educação de

adultos que fez surgir um novo paradigma pedagógico, cuja referência principal foi o educador Paulo Freire.

Seu pensamento e sua proposta para a alfabetização de adultos inspiraram programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Desenvolvendo e aplicando essas novas diretrizes, atuaram os educadores do MEB (Movimento de Educação de Base), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dos Centros de Cultura Popular (CPCs) organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), dos Movimentos de Cultura Popular. Os grupos de educadores foram se articulando e passaram a pressionar o Governo Federal para que este os apoiasse e se estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. A preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, seria interrompida alguns meses depois pelo golpe militar.

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que haviam se multiplicado no período entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores, duramente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas assistencialistas e conservadores de alfabetização de adultos, até que, em 1967, ele mesmo assumiu o controle dessa atividade lançando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O Mobral constituía-se numa organização autônoma em relação ao Ministério da Educação e contava com um volume significativo de recursos. As orientações metodológicas e os materiais didáticos do Mobral reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências do início dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizador.

Com a emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política na década de 80, essas pequenas experiências foram se ampliando, construindo canais de trocas de experiência, reflexão e articulação. Projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização, em que se avançava no trabalho com a língua escrita, além das operações matemáticas básicas.

Também as administrações de alguns estados e municípios maiores ganhavam autonomia com relação ao Mobral, acolhendo educadores que se esforçaram por reorientar seus programas de educação básica de adultos. Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Paralelamente aos programas de alfabetização de adultos, na década de 1960, acontecia a experiência pioneira realizada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) dirigida especificamente aos adultos maduros e idosos. Estes se denominavam Grupos de Convivência e objetivavam promover o desenvolvimento físico-esportivo, recreação, turismo social, biblioteca, apresentações artísticas, desenvolvimento cultural, cursos supletivos, cursos livres, assistência odontológica, refeições e lanches comunitários, medicina preventiva, educação para a saúde, ação comunitária, trabalhos em grupo e assistência social (CACHIONI, 2002).

Mais tarde, no início da década de 1970, surgiram as Escolas Abertas para a Terceira Idade, inspiradas no programa do SESC. Estas tinham como finalidade proporcionar aos idosos informações sobre o envelhecimento, preparação para a aposentadoria e atualização cultural.

Foi na década de 1980 que as universidades começam a criar espaços educacionais especialmente dirigidos a adultos maduros e idosos. Além de ações dirigidas a esta população, houve também ações dirigidas a profissionais interessados nas questões do envelhecimento e apresentou-se uma proposta pedagógica que procurava trabalhar e desenvolver o conceito de educação permanente, voltando-se para a atualização de valores e atitudes das pessoas maduras, tanto no que diz respeito as suas atividades sociais, culturais e políticas sociais, incentivando o exercício da cidadania.

Em 1982, foi criado o primeiro programa de atendimento ao idoso e de formação de recursos humanos na área gerontológica dentro de uma universidade. Este denominou-se Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI), no estado de Santa Catarina e foi proposto pela Universidade Federal de Santa Catarina. Seus objetivos eram realizar estudos e divulgar conhecimentos técnico-científicos na área gerontológica; formar recursos humanos em todos os níveis e promover o cidadão idoso.

A partir daí inúmeras universidades espalhadas por todo o Brasil criaram programas educacionais dirigidos aos idosos e desenvolveram pesquisas sobre o tema da velhice, envelhecimento e educação gerontológica, cada qual de acordo com a sua realidade e interesses. Geralmente essas instituições geram uma estrutura física e administrativa própria, com aulas e assuntos curriculares diferenciados e com uma metodologia própria. Não é apenas uma transmissão de conteúdos ou informações uniformes e, sim, uma proposta de se cultivar a heterogeneidade de idéias e experiências.

2.3 GERONTOLOGIA EDUCACIONAL

A educação permanente abarca todas as faixas etárias, mas o que interessa a esta pesquisa é a educação dirigida aos idosos, que, [...] “é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. (PINTO, 1982, p.29) Portanto, trata-se de clarificar alguns conceitos relativos a ela que por vezes são pouco entendidos.

Gerontologia Educacional é uma expressão que se aplica à educação de adultos maduros e idosos e aos programas destinados a essa população. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1970, na Universidade de Michigan e fazia parte de um programa de doutorado. De 1976 a 1980, os pesquisadores da área procuravam definir o real significado de Gerontologia Educacional, porque da década de 1950 até meados de 1970 o interesse dos pesquisadores voltavam-se à prática no que se referia à educação de idosos. Muito pouco se pesquisava e pensava no sentido de desenvolver teoria do conhecimento sobre educação e gerontologia.

David A. Peterson (1990 apud CACHIONI, 1998, p. 20) foi o pesquisador que mais se destacou nesta área e se empenhou em definir o termo. Para ele, “Gerontologia Educacional é um campo de estudo e prática de métodos e técnicas de ensino, numa tentativa de integrar as instituições e processos de educação com o conhecimento do envelhecer e as necessidades do idoso”.

A partir desta definição, a Gerontologia Educacional tornou-se um campo fértil de estudo e de pesquisas que, dos Estados Unidos, espalharam-se pela Inglaterra, Canadá e vários países europeus.

A Gerontologia Educacional defende a idéia de que pessoas depois da meia idade ainda possuem a capacidade de aprender, de comandar suas vidas com competência e de contribuir de forma significativa e produtiva à comunidade em que estão inseridas. Nesta perspectiva, a educação dirigida aos idosos é fundamental para o bem-estar social e físico, bem como para o seu desenvolvimento pessoal.

Alguns aspectos da Gerontologia Educacional que utilizam a teoria e a prática desenvolvida na educação de adultos envolvem a seleção e provisão de métodos e técnicas que difundem conhecimentos e habilidades que, em consequência, mudam atitudes e valores sobre os processos de envelhecimento e do estudante idoso.

Assim, a função da Gerontologia Educacional é entendida como uma ação social que socializa idosos e a população em geral na quebra de uma visão preconceituosa sobre a velhice. Tem como objetivo promover a qualidade de vida dos idosos, na medida em que explora suas capacidades e previne os declínios físicos, psicológicos e sociais do indivíduo.

De acordo com Peterson (1990) a gerontologia educacional envolve três áreas: a primeira é a da educação para os idosos. Envolve aqueles programas educacionais voltados especificamente à população idosa, atendendo às características desta faixa etária. A segunda área é aquela dirigida à população em geral que trata da velhice e dos idosos. Envolve os programas educacionais que abrem um espaço intergeracional em que a população mais jovem pode entender seu próprio envelhecimento e dirigir um novo olhar sobre o envelhecimento humano. A terceira área promove a capacitação técnica de profissionais que irão trabalhar com os idosos, tanto para prestação de serviços dirigida à população idosa como para a formação de pesquisadores na área.

Essas três áreas designadas por Peterson foram desenvolvidas nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá, sendo que cada país adequou seus programas de acordo com seus interesses sociais, políticos e econômicos.

Pode-se observar que os dois conceitos são muito parecidos: a Gerontologia Educacional é direcionada para a sociedade em geral, para os

profissionais e os idosos, enquanto a Educação Gerontológica é voltada somente para os profissionais que futuramente vão atuar e para os que já trabalham na área do envelhecimento. Estes dois conceitos tratam sobre o mesmo assunto, mas vale destacar que ambos tratam da necessidade de que o processo educacional ocorra de forma que abranja vários assuntos, contemplando os aspectos do envelhecimento humano, no âmbito teórico e prático.

Outro termo utilizado em substituição a educação gerontológica é Gerontogogia, que:

É a ciência cujo objeto de investigação e ação reside no processo de desenvolvimento humano tardio e em suas implicações educacionais em todas as faixas etárias e em todas as instituições nele envolvidas. Dessa maneira, a gerontogogia é um espaço educacional privilegiado para o encaminhamento de suposições, investigações, posições e proposições de ações, cujos objetivos buscam adequar as representações e oportunidades sociais às exigências da qualidade de vida em todos os períodos (BOTH, 1999, p. 33).

A gerontogogia compreende o processo educacional com a finalidade de formar uma ética que proponha uma longevidade qualificada a partir de costumes voltados para a qualidade de vida durante todo o ciclo vital; e compreende também a educação específica para os idosos e das instituições nos diferentes sentidos e intervenções. Assim, objetiva-se promover preventiva e permanentemente a cidadania, a saúde, as artes, a solidariedade, a política e outras virtudes que dão consistência específica aos idosos (BOTH, 2003).

CAPÍTULO III - POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DIRIGIDAS À TERCEIRA IDADE

Analisar as políticas públicas educacionais dirigidas à Terceira Idade requer percorrer a história sócio-política desse segmento etário entre o oficial e o real; projetos de reforma educacional e luta política; interesses particulares e interesses gerais.

Em princípio, cabe explicitar que o termo política pode ser entendido como práxis, espaço, governo e sistema de regras. A política solicita uma difícil concessão: que os indivíduos e grupos sociais moderem-se, ultrapassem-se e se voltem para as perspectivas dos demais. O maior desafio da política é criar meios para que os indivíduos passem da defesa dos interesses particulares para a defesa do interesse comum (NOGUEIRA, 2001).

O termo política diz respeito a um conjunto de objetivos que informam sobre determinado programa de ação governamental e condicionam sua execução. Por sua vez, o termo 'política pública' é a expressão atualmente utilizada nos meios oficiais e nas ciências sociais para substituir o que até a década de 1970 era chamado de planejamento estatal (BORGES, 2002).

Nos Estados democráticos modernos, o conceito de política pública tem íntima ligação com o de cidadania, que é vista como o conjunto das liberdades individuais expressa pelos direitos civis. Por outro lado, a concretização da cidadania ocorre no espaço político.

É fundamental lembrar que a cidadania como declaração efetiva da soberania popular só se concretiza por meio do direito ao voto e da organização a partir da participação popular. Historicamente só pode ser compreendida como resultado das lutas dos trabalhadores no enfrentamento com os princípios e as práticas do liberalismo².

² Sobre liberalismo ver PAIM, 1987, p. 11-16, que divide em sua obra a História do Liberalismo no Brasil em 'três grandes ciclos'. Para ele, o primeiro ciclo inicia-se no século XIX e termina com a

Tanto os idosos quanto a sociedade civil³ têm se mobilizado no sentido de construir políticas públicas e institucionalizarem direitos, objetivando reduzir desigualdades sociais experimentadas por esse segmento populacional.

No Brasil, apesar da ocorrência do processo de redemocratização em curso, estabelecido principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, verificam-se profundas desigualdades sociais vivenciadas visivelmente pelos idosos, pois os que hoje têm sessenta anos ou mais, em sua grande maioria, tiveram pouco acesso à educação formal e, por conseguinte, tiveram poucas chances de realizar ou participar de propostas de gestão democrática entre as décadas de 1961 a 1984 do século passado, ou seja, a maioria deles viveu um processo de despolitização (CANÔAS, 1995).

No início da década de 1970, percebeu-se um aumento significativo de idosos em nossa sociedade, o que preocupou alguns setores da área governamental e privada e despertou o interesse para a questão social do idoso. E é na busca por um diagnóstico para a questão da velhice que se apresentou em linhas básicas uma política de promoção social do idoso. Por essa razão, nesta mesma década realizaram-se três seminários regionais, em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza e um nacional, em Brasília.

Primeiramente, criou-se, em 1975, o primeiro programa nacional, por iniciativa do então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o chamado Programa de Assistência ao Idoso (PAI), que consistia em organizar e implementar grupos de convivência para idosos previdenciários, nos postos de atendimento desse instituto. Tal iniciativa continuou a se desenvolver por dois anos, por todo o Brasil.

Já em 1977, com a reforma previdenciária, criou-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). O programa passou para a

consolidação da 'Revolução de 1930'. O segundo ciclo, ao longo dos Governos de Vargas (1930/1945), marcando a consolidação política da vertente autoritária do pensamento liberal brasileiro, na esfera dos espaços considerados de democracia. E o último *ciclo* inicia-se com o fim da Segunda Guerra Mundial. Este também é dividido também pelo autor em duas fases: a primeira vai até a década de 1960 e a segunda tem início na década de 1970 e vai até os dias atuais.

³ A sociedade civil seria formada por atores autônomos, capazes de enfrentar o mercado e o Estado, e geraria novas formas de participação política e novos direitos, limitando, assim, as tendências à privatização política e novos direitos, limitando também as tendências à privatização/mercantilização e à burocratização da vida social. Em geral, falta clareza na definição a respeito de quem faria concretamente parte da "sociedade civil". Arato e Cohen, por exemplo, privilegiam os movimentos sociais, enquanto Habermas parece sublinhar o papel das associações e organizações, como as ONGs (SORJ, 2004, p. 69).

Fundação Legião Brasileira de Assistência, atuando em dois níveis: direto e indireto. No nível direto, o atendimento acontecia nas próprias instalações, em centros sociais, postos de distribuição de material, alimentos etc. e em núcleos de voluntariado. No nível indireto, eram realizados convênios com asilos, sendo pago um valor per capita x, por um certo número de vagas para idosos sempre supervisionados por assistentes sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Enfim, uma década depois, o PAI foi transformado em Projeto de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI) e integrado ao então programa de ações complementares de apoio ao cidadão e à família; suas ações visavam dar oportunidades aos idosos de maior participação em seu meio social e ainda desenvolver uma discussão ampla de sua situação como cidadãos, suas reivindicações e direitos, valorizando o potencial de vivência dentro das comunidades.

Devido à grande procura dos idosos por esses grupos, estabeleceu-se uma parceria com entidades particulares que já atuavam com idosos. Surge então o Projeto CONVIVER e a LBA passou a pagar um valor per capita pelos idosos participantes desses novos grupos. Em 1989, o Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV) da LBA se propôs a entregar, num período de um ano, 130 centros de convivência para idosos, em todo território nacional, junto aos quais seriam construídas creches, estimulando a convivência intergeracional.

O Ministério da Saúde, na década de 1980, criou o Programa de Saúde do Idoso, que concentrava ações na área da promoção da saúde e estímulos ao auto-cuidado. Em 1987, lançou um projeto educacional “Viva bem a idade que você tem”. Por meio de um pequeno jornal, procuravam-se discutir os diversos aspectos do envelhecimento com a população brasileira. Este jornal foi publicado durante três anos, de julho de 1987 a abril de 1990. Em 1989, lançou-se na televisão “As normas para Funcionamento de Instituições Geriátricas”.

Nesta mesma década, a Fundação Roquete Pinto lançou na TV Educativa o Programa REALIDADE, que apresentava assuntos referentes a aspectos de saúde, cultura, lazer etc. A EMBRATUR criou também os clubes da Maior Idade ligados aos órgãos de turismo dos estados, objetivando incentivar e promover o turismo para as pessoas da Terceira Idade.

No dia 5 de outubro de 1990, comemorou-se o Dia Internacional do Idoso com o lançamento do Projeto VIVÊNCIA, que deveria desenvolver ações na

área da saúde, educação, cultura, lazer, promoção e assistência social do idoso e preparação à aposentadoria. Para tanto, publicou-se no dia 16 de outubro a Portaria Interministerial nº 252 dos Ministros de Ação Social, da Justiça, da Educação, do Trabalho e da Previdência Social, da Marinha, Exército e Aeronáutica, de Governo, dos Desportos e da Cultura, por meio dos quais, num prazo de 60 dias, se apresentariam propostas de política e programas para a Terceira Idade, prazo este que foi prorrogado para fevereiro de 1991, quando então a comissão apresentou o documento preliminar da Política Nacional do Idoso, objetivando promover a autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade, como co-partícipes na consecução dos objetivos e princípios fundamentais da Nação.

No entanto, foi a sociedade civil a responsável pelas mobilizações e criação de inúmeras associações de idosos, entre elas a Associação Nacional de Gerontologia. Também não se pode esquecer que foi nesta década que aconteceu a mobilização de Universidades públicas em todo Brasil para o estabelecimento dos cursos para a Terceira Idade.

Em 4 de janeiro de 1994 foi promulgada a Lei 8.842 pelo então presidente Itamar Franco, regulamentada pelo Decreto 1948, de 3 de julho de 1996, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

As nove diretrizes que regem a Política Nacional do Idoso orientam:

- 1.viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração as demais gerações;
- 2.participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- 3.priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- 4.descentralização político administrativa;
- 5.capacitação e reciclagem dos recursos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- 6.implementação de sistemas de informações que permitam divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos programas e projetos em cada nível do governo;
- 7.estabelecimento de mecanismos que favorecem a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- 8.priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviço, quando desabrigados e sem família;
- 9.apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento (Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998, p. 12 apud FLORIANO, 2005, p. 4).

Essas ações proporcionaram, além do surgimento da Política Nacional do Idoso, a elaboração do Estatuto do Idoso, documento em defesa dos direitos dos idosos como aposentados. Sabe-se que o Estatuto do Idoso tramitou no Congresso a partir de 1997. Em 2000, foi instituída uma Comissão Especial da Câmara Federal para tratar do Estatuto.

Vale ressaltar que todo processo de elaboração e aprovação das duas leis pelo Congresso Nacional é resultado de muita pressão da sociedade civil sobre os políticos. A Política Nacional do Idoso, Lei 8842 promulgada em 4 de janeiro de 1994 e o Estatuto do Idoso, Lei 10741 de 1º de outubro de 2003, formam as bases das políticas públicas brasileiras relativas ao idoso.

3.1 O ESTATUTO DO IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO

O Estatuto do Idoso é composto de 118 artigos dispostos em sete títulos: Título I, que trata das Disposições Preliminares; Título II, dos Direitos Fundamentais; Título III, Medidas de Proteção; Título IV, da Política de Atendimento ao Idoso; Título V, do Acesso à Justiça; Título VI, dos Crimes; e Título VII, das Disposições Finais e Transitórias.

O direito à educação, foco da presente discussão, está no capítulo V, nos artigos 20 a 25, os quais incluem também a cultura, o lazer e o esporte.

O artigo 21 diz que o Poder Público criará oportunidades de acesso à educação, com adequação de currículos, metodologias e materiais didáticos destinados aos idosos. No entanto, o que se observa são programas de alfabetização para jovens e adultos e não especificamente para a população idosa, que tem interesses bem distintos dos interesses dos adultos que normalmente procuram na educação uma melhoria de sua condição sócio-econômica.

O artigo 22 do Estatuto do Idoso determina a necessidade da inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal, contudo é necessário tomar um certo cuidado quanto à forma com que esses conteúdos serão repassados, pois dependendo do modo como se discute o tema da velhice, a assunto pode ser

apresentado de forma preconceituosa e arcaica, segundo a qual o idoso é considerado um ônus à sociedade e um problema a ser resolvido.

O artigo 25 diz que o Poder Público apoiará a criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, bem como incentivará a publicação de livros com conteúdo e padrão editorial adequado ao idoso. O problema é que as Universidades Abertas à Terceira Idade não possuem vagas suficientes para atender à demanda de idosos interessados, sem contar com a não oferta de programas educacionais aos idosos em cidades de pequeno porte. Além de toda essa questão estrutural da oferta educacional ao idoso há também a problemática do processo de escolarização brasileira que, apesar de sucessivas reformas, ainda é conservador. O sistema formal de ensino privilegia a criança, o adolescente e o adulto, deixando o idoso para programas não obrigatórios.

No que se refere à educação, fica clara na redação do Estatuto do Idoso uma postura neoliberal do legislador que coloca o Poder Público apenas como incentivador de medidas que deveriam ser prioridades do governo. O Estatuto do Idoso, embora seja um avanço na luta pelos direitos e conseqüente dignidade do idoso, por vezes retrata de forma sutil a postura de defensor do “Estado Mínimo” em que a educação é uma das funções permitidas ao “Estado Guardiã”. Segundo Friedman (1984 apud AZEVEDO, 2004, p. 15), a ampliação das oportunidades educacionais é considerada importante na redução das desigualdades. Entretanto, o governo só deveria se responsabilizar pela garantia do acesso ao nível básico de ensino. Para os outros níveis de ensino os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado. É um compromisso de toda a população ficar atento quanto ao cumprimento do Estatuto do Idoso para que a educação dirigida a essa parcela da população não fique apenas no papel.

Neste sentido, Paulo Freire propõe uma reinvenção da escola em oposição ao neoliberalismo, com o intuito de superar as lógicas elitistas, classificatórias e excludentes. Para ele, a escola deveria ser o lugar de debate, de tomada de decisões, de construção do conhecimento, de sistematização de experiências, um centro de participação popular de construção da cultura.

O neoliberalismo é

[...] visceralmente contrário ao núcleo central do pensamento de Paulo Freire que é a utopia. Enquanto o pensamento freireano é utópico o pensamento neoliberal abomina o sonho. Para Paulo Freire o futuro é **possibilidade**. Para o neoliberalismo o futuro é uma **fatalidade** (GADOTTI, 1997, p. 4).

O paradigma do neoliberalismo orienta-se pela lei do mercado que valoriza a eficiência, no qual o ser humano é apenas um agente econômico. O neoliberalismo vê a desigualdade como uma situação natural da sociedade, provocando nas pessoas uma atitude de passividade diante das injustiças sociais e econômicas.

A educação tem como função social despertar nos homens a capacidade de intervenção no mundo, por meio de conhecimentos que possibilitem as pessoas a deixarem de ser objeto para se transformarem em sujeitos da sua história.

A escola não distribui poder, mas constrói saber que é poder. Não mudamos a história sem conhecimentos, mas temos que educar o conhecimento para que possamos interferir no mercado como sujeitos, não como objeto. O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque, a pobreza política produz pobreza econômica (IDEM, 1997, p. 5).

O acesso à educação é considerado um fator de crescimento, de aquisição de conhecimento, de interação social, proporcionando novas descobertas e vivências que são elementos essenciais à preservação e à manutenção de uma vida mais produtiva, saudável e participativa socialmente.

Vale lembrar que a educação ou o aprender para o idoso tem outro sentido e objetivo. Procura-se a escola não mais para obtenção de diploma e, sim, para estabelecer canais de comunicação com a sociedade. A educação é um caminho de reintegração social, dado que a perda de funções deixa o idoso com um mínimo de alternativa de atuação social. É importante ressaltar também que a volta à escola é baseada no interesse pela qualidade formativa da educação.

A Unesco, na década de 80, realizou estudos sobre as finalidades na educação de pessoas idosas e as sintetizou da seguinte maneira:

1. considerar menos o conteúdo e mais o despertar nela a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar usufruindo na sua vida. Aumentando o senso

de suas responsabilidades, a pessoa idosa poderá melhorar sua saúde física e mental, o que contribuirá para que ela se afirme cada vez mais no dia-a-dia e no seu comportamento social;

2. minimizar o isolamento, a solidão em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com pessoas de sua geração e, também, com as de outras gerações;
3. proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além de conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento; ainda, atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos;
4. proporcionar a tomada de consciência das pessoas idosas da riqueza de sua vida pessoal e profissional e da importância da comunicação de sua experiência a outras gerações, desenvolvendo o equilíbrio e a compreensão mútua num mundo tão conflitado e que muda rapidamente. (SCHONS, 2000, p. 162).

Outros aspectos a serem lembrados são as diferentes experiências vivenciadas pelos idosos, influenciadas por diversos fatores, tais como históricos, culturais, regionais, sanitários e condições sociais, os quais interferem na visão que o idoso tem sobre a importância da educação nesta fase da vida. Muitos idosos incorporam em si preconceitos com relação à sua capacidade de aprender, e sobre esta questão muitos estudos e pesquisas têm demonstrado que a memória, por exemplo, tem melhora a partir da aquisição de novos conhecimentos e solução de situações problemas. Ou seja, a capacidade de aprendizagem está ligada à constante atividade do cérebro.

Paralelamente à questão da capacidade de aprender está o preconceito que a sociedade capitalista incute nas pessoas de que o idoso, por não ser mais produtivo, é visto como um ônus ao Estado, no que concerne à educação, pois para que aprender ou ensinar alguém que não trará benefícios lucrativos à sociedade? Muitas vezes o idoso acaba aceitando o rótulo de improdutivo e desiste de viver, de aprender, de ensinar, com receio de passar por ridículo por estar querendo voltar a estudar, a frequentar salas de aula. Daí a importância de se promover uma conscientização não só da sociedade política e civil, mas também dos idosos enquanto segmento interessado e integrante da sociedade maior, quanto às possibilidades frutíferas no acesso do idoso ao meio educacional. Paulo Freire contribui com essa discussão quando afirma que:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2003, p. 37).

A educação é uma forte ferramenta na mudança desse panorama que desprivilegia o idoso. Indubitavelmente, a educação não é privilégio apenas das gerações mais jovens, ao contrário, é um direito de todos, é um instrumento maior no combate às barreiras sociais, na promoção de uma verdadeira cidadania, no desenvolvimento de uma educação que prepare as gerações mais jovens para bem conviver com os mais velhos e a informar sobre sua futura velhice.

É comum ouvir as pessoas dizerem “vivendo e aprendendo”, pois a aprendizagem se realiza continuamente em todas as situações que se apresentam ao ser humano. A aprendizagem “como um processo de afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver”. (BARCIA, 1982, p.63)

Deve-se tomar o cuidado para que a educação permanente não seja vista apenas como uma educação extra-escolar, complementar, informal. Ela deve, sim, assumir um papel reestruturante no sistema educacional vigente em que a educação dirigida aos idosos ainda é oferecida de forma alternativa. A educação para a Terceira Idade remete ao verdadeiro sentido e objetivo da educação, como finalidade do processo civilizatório, aumento do nível intelectual e cultural dos cidadãos, uma teoria e uma prática de ação transformadora.

Diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela tem. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade (FREIRE, 2003, p. 73).

Toda a sociedade tem responsabilidade sobre seus idosos, para que estes possam viver plenamente em todos os aspectos. No campo da gerontologia percebe-se que é forte o interesse pelo assunto, principalmente no aspecto da saúde, aspecto este que originou esse campo de estudo. Mas de que adianta prolongarmos os anos de vida da população se não for permitido viver com qualidade sob os aspectos social, financeiro, sanitário, político, jurídico, social e educacional?

O idoso, salvo em condições especiais, não perde sua capacidade de aprender e de continuar se educando, bem como não perde sua condição básica de sujeito político.

Em um mundo menos ideal em que vivemos, realmente, os direitos educativos dos de mais idade devem ser promovidos ativamente de modo que os anciãos sintam que têm direito a participar em uma formação continuada. Uma vez mais fica visível a convicção de que os processos formativos não têm idade, sendo um suporte fundamental de qualquer tentativa orientada ao crescimento pessoal e ao desenvolvimento das sociedades (NUSBERG apud GOMEZ, 2002, p. 396).

Numa sociedade globalizada e suficientemente organizada torna-se vital a criação de espaços culturais e educacionais, em que algumas políticas participativas precisam ser estimuladas: as que desenvolvem pela educação a consciência crítica; as que cultivam as identidades culturais; as que trabalham com as alternativas comunitárias de comunicação; as que se dedicam à defesa do consumidor, do ambiente e dos direitos humanos; as que buscam atenção para as “minorias” como os idosos, os “sem” (em referência aos movimentos dos sem-teto, sem-emprego, sem-alimento, sem-terra) e outros; as que reconstroem os desgastados e esvaziados partidos políticos, as políticas que se desenvolvem nos sindicatos operários e as que buscam desenvolver novas perspectivas de segurança pública, não permitindo a construção de guetos de pobres e ricos.

Políticas participativas buscam construir e efetivar uma nova sociedade civil embasada na miríade de novos projetos de base popular que não mais aceitam as intervenções autoritárias do Estado ou de suas elites quando se sentem ameaçadas por realidades que elas mesmas criam. A tudo isso soma-se uma série de outras formas associativas com larga experiência de luta por seus objetivos e causas.

3.2 PERFIL DO IDOSO NO ESTADO DO PARANÁ

De acordo com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, por meio do Núcleo de Coordenação Estadual da Assistência Social (Nucleas) que realizou um estudo sobre os idosos paranaenses cujo título é o “Perfil do Idoso do Estado do Paraná” – que mostra os indicadores socioeconômicos do idoso residente no Estado do Paraná – o envelhecimento populacional, além de ser considerado uma conquista social, é também motivo de preocupação, por acarretar mudanças no perfil das demandas por políticas públicas e por apresentar novos desafios para o Estado, à sociedade e à família, especialmente nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Habitação e Urbanismo, Justiça, Cultura, Previdência Social, Esporte e Lazer. Tal trabalho foi realizado de forma amostral em meados de 2002.

O Paraná, segundo o Censo/2000 do IBGE, possui uma população idosa que perfaz 838.852 habitantes, distribuídos em 399 municípios.

O envelhecimento populacional paranaense apresentou um sensível aumento a partir da década de 1960 e decorre de três fatores:

- a) a redução da fecundidade;
- b) a redução da mortalidade;
- c) o êxodo rural.

Observa-se, nas últimas décadas, um decréscimo da população jovem e um conseqüente aumento da população adulta e idosa. Em 2002, do total de 9.824,314 habitantes paranaenses, 26,8% eram jovens; 64,2%, adultos; e 9%, idosos.

Até os anos de 1980, o sexo masculino era predominante na população idosa paranaense. Já nas últimas décadas a população idosa feminina passou a predominar. Os dados da pesquisa mostram que o grupo majoritário deste segmento populacional se concentra na faixa etária de 60 a 69 anos, nascidas, portanto, entre 1933 e 1942.

Em 2002, 83% dos idosos paranaenses residiam nas áreas urbanas e próximas dos grandes centros urbanos; observa-se também o predomínio da população feminina (47,2%) no processo de concentração dos idosos na área urbana e da população masculina (8,4%) na área rural.

Tabela 1 – Proporção da população idosa residente no Paraná, por situação do domicílio, segundo o sexo.

SEXO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Homem	317.242	35,8	76.485	8,6	393.727	44,4
Mulher	416.522	47,2	74.688	8,4	491.210	55,6
Total	733.764	83	151.173	17	884.937	100

Fonte: IBGE/PNDA – 2002

No que se refere à escolaridade, medida por anos de estudo formal, a média de anos de estudo das pessoas de 60 anos ou mais, responsáveis pelo domicílio, foi de 3,2 anos de estudo. Constata-se também que há uma diferença por sexo nas oportunidades educacionais, sendo 3,3 anos de estudo para os homens e 2 anos para mulheres. No entanto, no quesito tempo de estudo, os homens vêm sendo superados pelas mulheres mais jovens. Quanto à alfabetização, observa-se uma redução dos diferenciais entre a população feminina e a masculina. Os dados mostram que, até 1991, a população feminina era menos alfabetizada que a masculina. Em 2002, houve uma redução neste diferencial, quando 52,3% das mulheres idosas e 47,7% dos homens estavam alfabetizados.

Tabela 2 - Pessoas de 60 anos, alfabetizadas e não alfabetizadas, por sexo, no Paraná – 1960/2002

Ano	Alfabetizados (%)			Não Alfabetizados (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1960	48,9	67,5	32,5	51	44,9	55,1
1970	45,6	66,1	33,9	51,6	44,5	55,5
1980	51	60,5	39,5	48,8	41,9	58,1
1991	58,4	54,3	45,7	41,6	40,3	59,7
1999	67,3	49,5	50,5	32,7	42,6	57,4
2002	71,6	47,7	52,3	28,4	63,4	63,6

Fonte: IBGE – CENSOS DEMORÁFICOS E PNDA/2002

Com relação à renda, 75,5% dos entrevistados ganhavam até dois salários mínimos. É expressiva a diferença entre a faixa de até um salário mínimo (42,9%) em relação às demais faixas e a predominância da mulher nesta faixa. Nas faixas de renda superior, há predominância masculina. Os dados revelam também que 2,3% dos idosos não possuem renda, o que significa que eles dependem totalmente das famílias e dos serviços públicos.

Tabela 3 – Distribuição dos idosos pesquisados, por sexo, segundo a renda individual mensal do Paraná.

Faixa de Renda (em salários mínimos)	Masculino		Feminino		Não informou		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Até 1 S.M.	8408	18,09	11063	23,80	481	1,03	19952	42,93
De 01 até 02 S.M.	6675	14,36	8180	17,60	272	0,59	15127	32,55
De 02 até 03 S.M.	1556	3,35	1600	3,44	84	0,18	3240	6,97
De 03 até 04 S.M.	591	1,27	339	0,73	19	0,04	949	2,04
De 04 até 05 S.M.	372	0,80	170	0,37	13	0,03	555	1,19
De 05 até 07 S.M.	377	0,81	171	0,37	16	0,03	564	1,21
De 07 até 10 S.M.	148	0,32	94	0,20	08	0,02	250	0,54
Mais de 10 S.M.	349	0,75	159	0,34	10	0,02	518	1,11
Não informou	1580	3,40	2504	5,39	147	0,32	4231	9,10
Sem rendimentos	274	0,59	773	1,66	45	0,10	1092	2,35
TOTAL	20330	43,74	25053	53,90	1095	2,36	46478	100,00

Fonte: SECR/2002

Quanto à moradia os dados mostram que 85,3% residem com a família; 12,1% moram sozinhos e 0,65%, em instituições.

Tabela 4 – Distribuição dos idosos pesquisados, por sexo, segundo a convivência em moradia no Paraná.

Convivência em moradia	Masculino		Feminino		Não informou		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sozinho(a)	2091	3,89	4327	8,04	130	0,24	6548	12,17
Com parentes	1028	1,91	1944	3,61	79	0,15	3051	5,67
Com amigos	80	0,15	95	0,18	5	0,01	180	0,33
Em instituição	167	0,31	175	0,33	6	0,01	348	0,65
Outros	195	0,36	238	0,44	16	0,03	449	0,83
Com companheiro	14762	27,43	11066	20,56	595	1,11	26423	49,09
Com os filhos	6001	11,15	10071	18,71	366	0,68	16438	30,54
Não informou	135	0,25	217	0,40	32	0,0	384	0,71
TOTAL	24459	45,45	28133	52,27	1229	2,28	53821	100,00

Fonte: SECR/2002

Nos aspectos socioculturais, observa-se que as atividades com as quais o idoso ocupa seu tempo livre dividem-se em quatro grandes grupos: televisão (23,3%), conversa com amigos (17,2%), igreja (16,7%), rádio (15,3%) e outros (menor proporção). Além dessas atividades, 60% da população pesquisada participam de algum tipo de associação, 37,3% não participam de associação e 14,8% participam de grupos de idosos.

Tabela 5 – Distribuição dos idosos pesquisados, segundo ocupação nas horas de lazer, no Paraná.

Ocupação no lazer	Masculino		Feminino		Não informou		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Televisão	11434	10,22	14053	12,56	601	0,54	26088	23,31
Rádio	8051	7,19	8791	7,86	371	0,33	17213	15,38
Leitura	1786	1,60	2176	1,94	118	0,11	4080	3,65
Praça	507	0,45	225	0,20	26	0,02	758	0,68
Ginástica	536	0,48	1061	0,95	55	0,05	1652	1,48
Grupo de Idoso	2346	2,10	4488	4,01	111	0,10	6945	6,21
Viagem	848	0,76	1144	1,02	42	0,04	2034	1,82
Igreja	6882	6,15	11498	10,27	358	0,32	18738	16,74
Caminhadas	4291	3,83	4415	3,94	213	0,19	8919	7,97
Conversar com amigos	8911	7,96	10054	8,98	371	0,33	19336	17,28
Outros	2481	2,22	3074	2,75	148	0,13	5703	5,10
Não informou	196	0,18	216	0,19	36	0,03	448	0,40
TOTAL	48269	43,13	61195	54,68	2450	2,19	111914	100,00

Fonte: SECR/2002

A pesquisa confirma a necessidade urgente de implantação de políticas públicas que atendam a população idosa no assessoramento e garantia de seus direitos e uma melhor qualidade de vida. Como o presente estudo focaliza o direito à educação e a implementação de políticas públicas educacionais no Estado do Paraná, fez-se um levantamento das ações implementadas pela SEED-PR, levantamento esse que foi descrito abaixo.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Quanto às políticas públicas na área da educação previstas no Estatuto do Idoso implementadas no Paraná, observa-se que os idosos não possuem um programa específico. Por outro lado, os idosos são acomodados nos programas de alfabetização de adultos e nas ações promovidas pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos.

Em linhas gerais, de acordo com o Relatório de Gestão de 2003 – 2006, a implementação da Educação de Jovens de Adultos (EJA) como política pública e gratuita oferta a alfabetização e a continuidade de escolarização, atendendo ao perfil dos educandos jovens, adultos e idosos.

Para tanto, organizou uma ampla discussão e estudo das proposições que nortearam até então o currículo das escolas. O processo de discussão e estudo aconteceu de 2003 a 2005 e objetivou, por meio de exposições dialogadas, refletir e debater com professores-assessores, realizar estudos de textos de fundamentação, promover reflexões individuais e coletivas sobre a prática pedagógica e produzir discussões e produção escrita entre os profissionais da EJA do Paraná para a elaboração das Diretrizes Curriculares.

A elaboração das Diretrizes teve como referência os educandos jovens, adultos e idosos enquanto sujeitos de conhecimento e aprendizagem, que possuem sua história e condição sócio-econômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras; e que acabaram por definir como eixos articuladores do currículo de EJA a cultura, o trabalho e o tempo.

Até 2005, os cursos eram semipresenciais e ofertados exclusivamente pelos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJAs), no nível de ensino fundamental – fase I e fase II – e do ensino médio, com matrícula por disciplina, organizados em momentos presenciais e não presenciais, com 30% da carga horária total na forma presencial e 70% não presencial e com ações descentralizadas por meio de Posto Avançado do CEEBJA (PAC).

A partir de 2006, a proposta curricular contemplou a carga horária total na forma presencial, a matrícula é feita por disciplina na organização coletiva ou individual, o que possibilita um atendimento diferenciado de acordo com as possibilidades de cada educando. A organização individual destina-se àqueles que não têm possibilidade de freqüentar as aulas com regularidade. Além dessa organização diferenciada, no que se refere ao horário e formato das turmas, ofertam-se também as Ações Pedagógicas Descentralizadas (APEDs), que são turmas de EJA atendidas em regiões com baixa demanda educacional. Estas ações atendem populações indígenas, ribeirinhas, remanescentes de quilombos, acampados e assentados rurais, dentre outros.

Quanto ao material didático, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) assumiu uma política da gestão do livro público como material de apoio para educadores e educandos jovens, adultos e idosos. Segundo a SEED, o Livro Didático Público se apresenta como uma possibilidade fundamental em produzir referências didáticas e pedagógicas para os educadores e educandos, envolvendo-os em processos coletivos de elaboração, por meio da produção e divulgação de textos, imagens e expressões.

Além do Livro Didático, o departamento produziu outros materiais de apoio para a alfabetização:

- a) Software de alfabetização de jovens, adultos e idosos, vinculado ao Projeto Luz das Letras – Fase II (implantado de forma piloto em 2006);
- b) Livro do Educando “Um dedo de prosa” e Livro do Educador “Um dedo de prosa”, ambos de apoio à alfabetização de jovens, adultos e idosos;
- c) Livro Anais do I Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos;
- d) Livro “Na roda de prosa, histórias de vida de educadores e educadoras”;

e)Livro de Apoio à Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos Kaingang;

f)Livros de Apoio à Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos Guarani.

Para a continuidade da escolarização, criaram-se os seguintes materiais:

a)Livro de Apoio aos Educadores e Livro de Apoio aos Educandos do 1º Segmento do Ensino Fundamental/EJA;

b)Livros de Apoio Pedagógico do 2º Segmento de Ensino Fundamental/EJA – Educador, Educando e Caderno de Atividade das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Artes e Educação Física;

c)Livros de Apoio Pedagógico de Ensino Médio/EJA – Educador e Educando nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Física, Química, Inglês, Arte e Educação Física (Relatório de Gestão do DEJA, 2006).

Outra linha de ação assumida pelo departamento é a formação dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos que, no decorrer dos últimos quatro anos, focou-se em oito eixos, envolvendo os profissionais tanto das escolas como dos Núcleos Regionais de Educação, além de Secretarias Municipais de Educação, organizações não-governamentais, movimentos sociais etc.

Os oito eixos de ação são: reflexão com os professores atuantes nas escolas de EJA do Paraná sobre as especificidades da modalidade EJA e os contextos e avaliações das escolas em relação às propostas curriculares vigentes na rede estadual; discussões e sistematização das Diretrizes Curriculares para a EJA com professores, pedagogos e direções das escolas de EJA e as coordenações de EJA dos Núcleos Regionais de Ensino; a superação do analfabetismo no Paraná e continuidade da escolarização de jovens, adultos e idosos, enquanto meta prioritária do Governo.

As ações que nortearam o terceiro eixo são as que seguem: cursos descentralizados de formação em alfabetização de 60 horas cada um durante os anos de 2004 e 2005, envolvendo professores da rede estadual e municipal de educação e educadores de ONGs e de movimentos sociais; 12 oficinas descentralizadas, pautando as Propostas Pedagógicas de Fase I do Ensino

Fundamental – EJA, envolvendo secretários municipais de educação e coordenadores, professores e diretores de escolas de EJA, além de representantes dos Núcleos Regionais de Ensino. Ainda neste terceiro eixo, no período de 2004 a 2006, aconteceu a formação em alfabetização para os alfabetizadores e coordenadores locais em 30 horas de curso realizados em Faxinal do Céu, além de encontros descentralizados de formação, em 10 regiões pólos, envolvendo os coordenadores locais de alfabetização. Realizaram-se também oficinas de formação com alfabetizadores e coordenadores locais vinculados a segmentos sociais específicos, tais como assalariados rurais temporários, indígenas Kaingang e Guarani, trabalhadores de pesca, populações quilombolas acampados e assentados da reforma agrária e alfabetizadores que atendem pessoas com necessidades educativas especiais.

O quarto eixo se refere à formação continuada por meio de oficinas para a operacionalização do sistema informatizado de EJA e para a implementação da nova Proposta Pedagógico-Curricular; o quinto eixo dizia respeito à produção de material de apoio didático; realização dos Simpósios como momentos de culminância das reflexões que vêm sendo realizadas em torno da política pública de EJA no Paraná, com ênfase na reorganização curricular, na implantação pedagógica da EJA/Fase I pelos municípios; capacitação para a produção de itens para a formulação das provas dos Exames Supletivos; e por último a participação do Departamento na organização das formações descentralizadas que ocorrem nas escolas da rede na semana pedagógica, no envolvimento com a organização dos simpósios das disciplinas e na organização e acompanhamento dos grupos de estudos específicos da modalidade.

No que se refere ao analfabetismo no Paraná, segundo o relatório de Gestão da EJA, o estado do Paraná possui cerca de 64 mil pessoas ou mais na situação de analfabetismo absoluto, o que corresponde a 9,5% paranaenses que vivenciam situações de exclusão do sistema escolar e de outras políticas sociais.

Diante destes dados, o Governo do Estado do Paraná buscou intervir junto a esta questão e implantou o Programa Paraná Alfabetizado, dando início às suas ações em agosto de 2004, em parceria com o Governo Federal por meio do Programa Brasil Alfabetizado/SECAD/MEC e com governos municipais.

Com este programa, a SEED-PR procurou superar o analfabetismo afirmando o direito à educação a todos os jovens, adultos e idosos do Paraná, por

meio de uma articulação efetiva entre os governos municipais, estadual e federal e organizações da sociedade civil (associações, igrejas, sindicatos, movimentos sociais etc.).

Além de superar o analfabetismo, a SEED-PR busca garantir a oferta da continuidade da escolarização aos egressos da alfabetização por meio da oferta e abertura de turmas de EJA/Fase I, em articulação com o programa Paraná Alfabetizado.

Para tanto, duas diretrizes nortearam e fundamentaram as definições tomadas pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos:

- a efetivação do direito que todo educando jovem, adulto e idoso possui de inserir-se em processos de escolarização que oportunizem o acesso e a socialização de conhecimentos significativos para a sua vida, por meio da oferta dos cursos de EJA neste nível do ensino fundamental, em oposição à exclusiva realização de exames de equivalência anuais e à organização de cursos preparatórios para a participação nestes exames;

- o fomento e a potencialização permanente da autonomia pedagógica e administrativa das Secretarias Municipais de Educação, preparando-as para a assunção e oferta dos cursos de EJA neste segmento do ensino fundamental, conforme prescreve a legislação nacional para a educação básica. (Relatório de Gestão – 2003/2006).

Durante o período de 2005 a 2006, algumas ações junto aos Secretários Municipais de Educação e Coordenações de EJA foram realizadas a fim de discutir e planejar a organização pública da educação de jovens e adultos no estado.

No ano de 2005, o Departamento de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação (DEJA/SEED) desenvolveu um processo sistemático de orientação às Secretarias Municipais de Educação para a elaboração de suas propostas pedagógicas, bem como para a elaboração de suas análises e pareceres para encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação.

No ano de 2006, objetivando implantar as propostas pedagógicas de EJA/Fase I pelos municípios, realizaram-se várias reuniões regionalizadas com Secretários Municipais de Educação, buscando articular o processo de mobilização das turmas de alfabetização com as turmas de EJA nos municípios. De agosto a setembro de 2006, realizaram-se 12 Oficinas Regionalizadas de Formação em

EJA/Fase I, com 16 horas cada uma, com a presença de Secretários Municipais de Educação, Coordenadores Municipais de EJA e Diretores/Professores de escolas municipais. Essas oficinas contaram com a participação de todos os municípios paranaenses. No período de 11 a 15 de setembro do mesmo ano, realizou-se o I Simpósio Estadual e Educação de Jovens e Adultos – Fase I do Ensino Fundamental, com os dirigentes municipais de EJA de todo o estado, a fim de refletir sobre as temáticas pertinentes às políticas públicas de EJA no país e no estado do Paraná.

De acordo com o relatório de Gestão do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, entende-se a EJA como modalidade de Educação Básica e, portanto, como uma forma de política educacional na qual se oferta alfabetização e continuidade de escolarização atendendo ao perfil dos educandos jovens, adultos e idosos.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A partir da análise documental existente na SEED percebeu-se que os únicos programas educacionais implementados pela SEED/PR que atingem os idosos são o Paraná Alfabetizado, EJA Fase I e CEEBJA. Assim, a pesquisa se restringe a esses programas, visto que não há nenhum outro programa educacional ofertado à população pesquisada. Constatou-se também que as atividades educacionais dirigidas aos jovens e adultos em Prudentópolis tiveram início com o Núcleo Avançado de Estudos Supletivos (NAES), em 1994, autorizados pela resolução nº 2.221/94, de 27 de abril de 1994, tendo como entidade mantenedora o Poder Público Estadual, administrado pela secretaria de Estado da Educação. Neste ano, ofertaram-se o ensino fundamental e os exames de equivalência, em regime de matrícula por disciplina. O NAES era vinculado ao Centro de Ensino Supletivo (CES) de Ponta Grossa, para fins de expedição de documentação escolar e regulamentação regimental, cabendo ao NRE de Irati o acompanhamento e a supervisão das atividades desenvolvidas pelo NAES de Prudentópolis.

Em 2001, o NAES encerrou suas atividades e em seu lugar surgiu o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) que passou

a ocupar uma escola municipal na Av. Visconde de Guarapuava 162, requisitada pela prefeitura. Hoje o CEEBJA oferta o Ensino Fundamental Fase II, Ensino Médio, exames de suplência e APED (Ação Pedagógica Descentralizada) em escolas da periferia. Sua área de atuação abrange os municípios de Prudentópolis e Guamiranga, do NRE de Irati.

A clientela do CEEBJA de Prudentópolis é reflexo de um município com uma grande extensão territorial da zona rural, o que dificulta a qualidade de vida da população, no sentido de exigir muitos deslocamentos para cuidados com a saúde, educação etc., em estradas de chão em estado de má conservação. O difícil acesso às escolas rurais em dias chuvosos prejudica as aulas, assim como o atendimento pedagógico é pouco ofertado, devido à grande distância entre a sede e o município.

O perfil dos alunos do CEEBJA de Prudentópolis consiste de jovens de 18 anos até adultos de 45 a 50 anos de idade, na sua grande maioria. Existe um número bem reduzido de pessoas acima de 60 anos que procuram o CEEBJA para manter seus empregos, buscar o seu primeiro trabalho, continuar os estudos ingressando em algum curso universitário, e há ainda os que buscam apenas uma oportunidade de convivência.

Além das atividades do CEEBJA, há o programa Paraná Alfabetizado que iniciou seu trabalho no município, em 2005. Em 2007, funcionaram 25 turmas com uma média de 10 alunos por turma, perfazendo aproximadamente 250 alunos no município de Prudentópolis. Desses, três alunos são idosos; e a EJA Fase I, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em parceria com a SEED, em 2007 criou três turmas de ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, que continham, no total, vinte alunos, dos quais três eram alunos idosos.

3.5ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM AS COORDENADORAS DOS PROGRAMAS

Os questionários tratam de questões referentes à capacitação dos professores, dificuldades no trabalho com alunos idosos, metodologia específica voltada a essa faixa etária e o levantamento das principais dificuldades desses alunos no processo ensino-aprendizagem.

Em resposta ao questionário, a coordenadora do Departamento da EJA do NRE de Irati esclarece que, no que se refere aos programas oferecidos pela SEED à população idosa, apenas o Paraná Alfabetizado atende pessoas analfabetas com idade superior a 15 anos que, depois de alfabetizadas, são encaminhadas ao EJA Fase I, que equivale a 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, a qual é de responsabilidade do município, em parceria com o NRE/SEED. Após concluí-lo, o indivíduo pode continuar seus estudos nas Ações Pedagógicas Descentralizadas (APEDs) que correspondem a 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental.

A SEED proporciona capacitação para os Coordenadores de EJA municipais e estes fazem o repasse para os professores de EJA Fase I. Já no programa Paraná Alfabetizado, a Coordenação do programa/SEED proporciona cursos de formação inicial e continuada em Faxinal do Céu e Grupo de Estudos Descentralizados para alfabetizadores e coordenadores locais de alfabetização e Oficinas Pólo Descentralizadas para coordenadores locais.

A principal dificuldade em se trabalhar com essa população é a resistência que esta demonstra. A maioria se sente idosa demais para estudar, não tem apoio e incentivo dos familiares; muitos trabalham e sentem-se cansados; a dificuldade de alguns se deve à carência afetiva e financeira; outros possuem dificuldade visual.

Ao envelhecer,

[...] as pessoas confrontam-se com novos desafios e novas exigências. As limitações físicas são acrescidas àquelas que a sociedade coloca, como os preconceitos e os estereótipos, e o grande desafio é construir permanentemente o próprio caminho e desenvolver atitudes que as levem a superar suas dificuldades, integrando limites e possibilidades de conquistar mais qualidade de vida (SANTOS; SÁ, 2003, p. 92).

Quanto à metodologia utilizada pelo programa, segundo a coordenadora, está baseada na metodologia de Paulo Freire, na qual os conteúdos são selecionados e aplicados levando em consideração os conhecimentos já adquiridos pelo educando.

Já a coordenadora do CEEBJA de Prudentópolis que trabalha com a EJA/Fase 2 informou que no ano letivo de 2007 não houve alunos idosos. Mas relata que, em anos anteriores, quando havia alunos nessa faixa etária, suas

principais dificuldades foram relativas a problemas visuais, de coordenação motora que prejudica a escrita e a leitura e a dificuldade de acesso à escola devido à grande extensão do município.

Os professores da EJA são os mesmos que trabalham no ensino regular, mas recebem uma orientação específica, como cursos de formação inicial e continuada e grupos de estudos, realizada por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA).

Para se trabalhar com idosos é fundamental que:

[...] o professor tenha conhecimento do desenvolvimento físico, psicológico e social do idoso, conscientizando-se de que essa faixa etária possui características peculiares. Além disso, é necessário que o professor conheça os preconceitos e os estereótipos em reação à velhice, para que possa identificá-los e revê-los em sua ação (NERI, 2003, p. 93).

No programa Paraná Alfabetizado, a coordenadora apresenta como principais dificuldades dos alunos idosos aquelas próprias da faixa etária, ou seja, dificuldades visual, auditiva e de coordenação motora.

A coordenadora conta que o principal motivo que os levaram a participar do programa é a necessidade de conhecer o sistema monetário para fazer melhor uso da aposentadoria e não serem enganados na hora das compras.

Quanto à metodologia, a coordenadora explica que os idosos freqüentam a mesma turma de jovens e adultos e que por este motivo não há uma metodologia específica a essa faixa etária, nem mesmo um material específico que atenda ao artigo 21 da Lei nº 10.741/03.

Os professores recebem formação para trabalhar com jovens, adultos e idosos em reuniões de assessoramento pedagógico com a coordenadora local (de 8 a 10 horas semanais); participam de 30 horas de capacitação em Faxinal do Céu e mais 30 horas de Formação Continuada junto à coordenadora local. Os temas trabalhados nesta formação são indicados pela SEED/PR.

Percebe-se que os dois programas têm em comum a falta de uma formação e metodologia específica aos idosos, fato que parece se repetir em outros estados.

A implantação desses programas enfrenta muitos obstáculos de natureza sócio-política, além dos educacionais, por serem considerados sem muita

utilidade, paliativos e suplementares, não exigindo muito planejamento, nem organização acadêmica (NOVAES, 1997, p.141).

Assim, a cada levantamento e discussão sobre esta realidade que se apresenta indiferente a essa faixa etária no campo educacional, espera-se que aconteça uma revisão nas propostas de políticas públicas para o idoso.

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS ALUNOS IDOSOS

O questionário aplicado aos idosos participantes dos programas no município de Prudentópolis foi dividido em duas partes.

As questões de 1 a 3 tratavam da caracterização dos alunos, ou seja, diziam respeito a faixa etária, programa em que estava inserido e motivos que os levaram a participar de tal programa; as demais questões referiam-se à qualidade do programa, suas dificuldades pessoais em freqüentá-lo, críticas e sugestões para melhoria do programa e ainda sugestões de outros tipos de programas educacionais dirigidos especificamente ao interesse de pessoas idosas que fossem oferecidos pela rede pública de ensino.

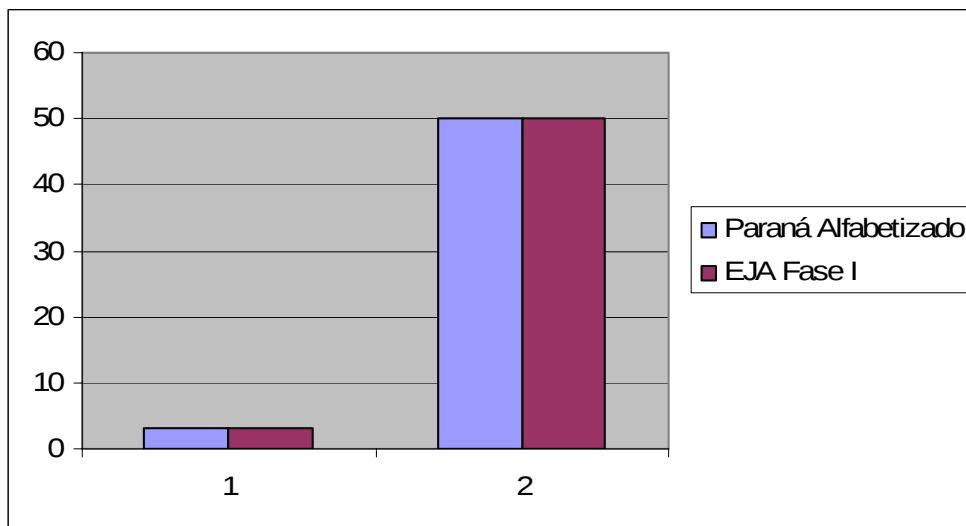
A pesquisa se restringiu ao ano de 2007 e a amostra constituiu-se de 6 (100%) alunos idosos que participavam dos programas oferecidos pela SEED/PR em Prudentópolis, dos quais 3 (50%) participavam do Paraná Alfabetizado e 3 (50%) da EJA Fase I.

Tabela 6 – Participação de alunos idosos nos Programas oferecidos pela SEED/PR em Prudentópolis

Programas	Alunos	%
Paraná Alfabetizado	3	50
EJA Fase I	3	50
Total	6	100

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 1 - Participação de alunos idosos nos Programas oferecidos pela SEED/PR em Prudentópolis



Fonte: elaboração da autora

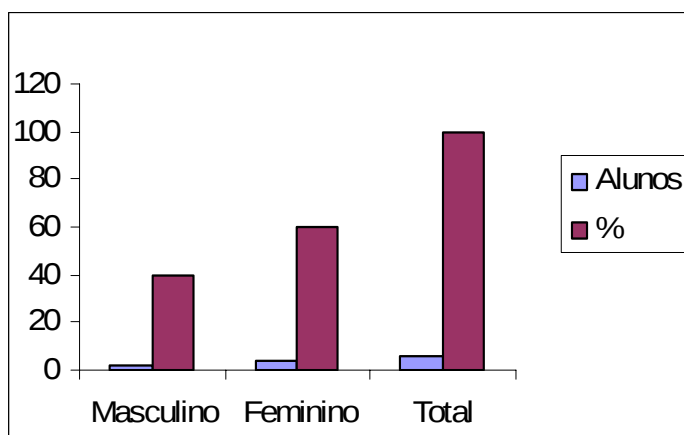
O perfil dos alunos pesquisados é o seguinte: dos 6 idosos, 4 (60%) são do sexo feminino e 2 (40%), do sexo masculino; a idade varia de 61 a 82 anos; todos são aposentados. Vale ressaltar que “esse tipo de pesquisa (qualitativa) não pode basear-se no critério numérico, para poder garantir sua representatividade. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 1994, p. 43).

TABELA 7 – Perfil dos alunos idosos que participam de programas oferecidos pela SEED/PR em Prudentópolis

Sexo	Alunos	%
Masculino	2	40
Feminino	4	60
Total	6	100

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 2 – Perfil dos alunos idosos que participam de Programas oferecidos pela SEED/PR em Prudentópolis



Fonte: elaboração da autora

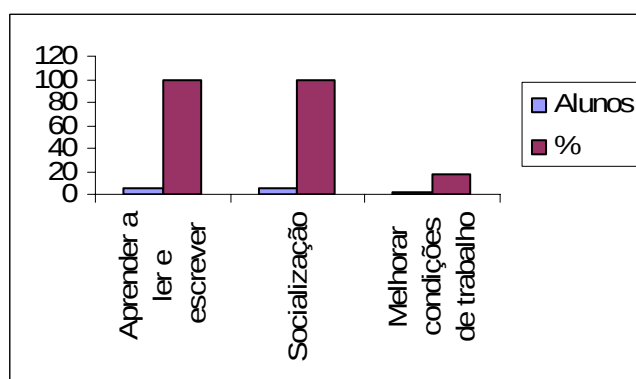
Com relação aos motivos que os levaram a frequentar o programa, detecta-se que os mais citados foram: aprender a ler e a escrever (100%), socialização (100%) e melhorar as condições de trabalho (16,6%), pois apesar de aposentados muitos ainda trabalham na lavoura.

Tabela 8 – Motivos que os levaram a participar dos programas

Motivos	Alunos	%
Aprender a ler e escrever	6	100
Socialização	6	100
Melhorar condições de trabalho	1	16,6

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 3 – Motivos que os levaram a participar dos programas



Fonte: elaborada pela autora

Esses dados corroboram uma concepção de educação que considera a emergência e o fortalecimento do sujeito como principal objetivo da prática educativa, no qual não se enfatiza a assimilação da cultura privilegiada, seus conhecimentos e métodos, nem a mera preparação para o mundo do trabalho e, sim, a valorização do indivíduo, constituído como sujeito de suas experiências, pensamentos, desejos e afetos (GÓMEZ, 1997).

Segundo os alunos pesquisados, as principais dificuldades para freqüentar as aulas dizem respeito ao cansaço proveniente de um final de dia de trabalho na lavoura, pois todos se apresentaram bastante satisfeitos com o programa que freqüentam. Como sugestões de melhorias ou modificações, sugerem o uso de apostilas com letras maiores, devido à dificuldade visual que apresentam.

Alguns gerontologistas acreditam que não é o embranquecimento do cabelo, e sim as alterações do cristalino do olho que mais se aproximam do que se poderia classificar como mudança universal característica do envelhecimento normal nos seres humanos. A principal descoberta é que o cristalino fica mais espesso e mais pesado com a idade, reduzindo a capacidade de foco em objetos próximos. A condição, chamada presbiopia, ocorre em cerca de 42% das pessoas na faixa etária de 52 a 64 anos, 73% das pessoas entre 65 e 74 anos, e 92% das pessoas com mais de 75 anos. O primeiro sinal pode ser a incapacidade de ler as letras miúdas dos jornais à distância usual dos olhos (HAYFLICK, 1996, p.169).

Todos foram unânimes em dizer que gostariam de participar de outros tipos de programas educacionais se estes fossem ofertados pela SEED/PR e sugeriram cursos de pintura e bordado, pinturas de quadros e até curso de piano.

A educação, portanto, é um dos meios para vencer os desafios impostos aos idosos pela idade e pela sociedade, propiciando-lhes o aprendizado de novos conhecimentos e oportunidades para buscar seu bem-estar físico e emocional. [...] Por meio da educação continuada, esses programas têm possibilitado ao idoso atualização, aquisição de conhecimentos e participação em atividades culturais, sociais, políticas e de lazer (SANTOS; SÁ, 2003, p. 93).

Paralelamente a esse contexto, o município de Prudentópolis possui um grupo de Terceira Idade que se formou de maneira independente, sem qualquer vínculo com associação, organização não governamental ou órgão público. Este grupo cria momentos de lazer, atividades físicas, culturais etc. e estaria apto a participar de programas educacionais que seguissem o modelo das Universidades Abertas à Terceira Idade, ofertados pela SEED, visto que seus componentes não são analfabetos. No entanto, a oferta desse tipo de curso não existe em cidades pequenas, como é o caso de Prudentópolis.

Para Salgado (1982), o programa de Escola Aberta se constitui numa proposta de educação permanente adequada à terceira idade, contribuindo efetivamente para a descoberta de novos interesses, novas habilidades e abre possibilidades para a reformulação de planos de vida, nos quais os idosos se situam como pessoas participantes e capazes de contribuir até mesmo para a solução de alguns problemas, no seu grupo familiar e nas comunidades das quais fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno incontestável. Basta um olhar mais atento ao redor para se perceber que o envelhecimento está cada vez mais presente. Este fato, no entanto, não elimina por vezes o tratamento preconceituoso e até de descaso com que o idoso é tratado.

Trata-se de um fenômeno fascinante, que singulariza um dos maiores anseios da humanidade, que é o prolongamento da vida. As repercussões desse processo ainda não foram devidamente investigadas e avaliadas. Além de extrapolar a configuração individual, alcançam a esfera familiar, o mercado de trabalho, as políticas públicas, as atividades sociais e recreativas, a educação, a saúde, o transporte, entre outros, e alteram valores e concepções de vida.

O preconceito contra a velhice e o desconhecimento do seu processo são visíveis em diferentes espaços, sejam eles públicos ou privados e até mesmo nos grupos familiares. O próprio sistema educacional tem uma estrutura voltada apenas para as gerações mais novas, abrindo-se no máximo para uma pequena parcela do adulto jovem, o que, de alguma forma, nega a idéia da aprendizagem como um processo contínuo, ininterrupto, permanente, e o homem como um ser sempre em interação, portanto em estado constante de aprendizagem.

Neste sentido, toda instituição educacional deve ensinar aos jovens que o idoso, como todo ser humano, tem direitos e deveres e por isso se configura como cidadão. A longevidade, com qualidade de vida, será naturalmente o resultado da incorporação da idéia de que o idoso pode e deve ser considerado cidadão, construindo sua história com dignidade e autonomia.

A educação dirigida aos idosos apresenta-se como um instrumento de inserção social, promoção de qualidade de vida e aprimoramento de sua cidadania. É também uma resposta a novas demandas sociais resultantes da emergência e crescimento desse grupo etário na sociedade atual.

Os interesses e necessidades educacionais dos idosos diferem dos demais segmentos etários, por isso é necessário que futuras pesquisas se dediquem a identificar e implementar novos recursos didáticos, bem como currículos que se adequem aos interesses e necessidades próprios dessa faixa etária. Até porque a

idéia não é acumular conhecimento para utilizar depois, pois a aprendizagem é um processo dinâmico, reflexivo e dialógico.

A educação, como a principal criadora de subjetividade individual, precisa formar indivíduos autônomos, que saibam criticar, criar e transformar com liberdade. Dessa forma, não pode, em hipótese alguma, se restringir à infância e à juventude, excluindo outras fases da vida, como a fase adulta e a velhice, realidade essa que se observa na atual educação pedagógica. Por isso, uma educação realmente emancipadora deve ser abrangente (e não restrita e excludente) e andragógica (e não pedagógica), incluindo os idosos e adultos mais velhos na agenda educacional (PERES, 2007, p. 361).

A educação é um direito de todos e não algo apenas compensatório. Principalmente no que se refere à educação dirigida aos idosos, ela precisa ser considerada uma manifestação de um compromisso maior da sociedade que busca quebrar barreiras sociais, possibilitando uma real democracia, igualdade de participação e exercício da cidadania de todos os indivíduos. O conceito de educação permanente, consagrado pelo princípio da educação para todos ao longo da vida, insere uma perspectiva de política educativa cujo eixo de apoio é a redistribuição social do conhecimento.

A partir da educação, será possível derrubar as visões errôneas e equivocadas de que o idoso não aprende, de que gosta de se isolar, de que só vive do passado, de que perdeu a capacidade de atenção e concentração e de que é incapaz de incorporar novos conhecimentos. É certo pensar que algumas perdas existem e que a agilidade do idoso para executar algumas atividades é diminuída, mas isso não se traduz na eliminação de suas capacidades de aprendizagem, na diminuição das habilidades, tampouco da curiosidade e capacidade de pensar.

O processo ensino-aprendizagem deve possibilitar ao idoso refletir e compreender o contexto a partir de seu ambiente concreto, de suas vivências cotidianas, da sua realidade mais próxima. Desse modo, o idoso será capaz de criar, recriar, decidir, gerar construções coletivas e aumentar o nível de consciência dos problemas que afetam o coletivo.

Nesse sentido, o grande desafio da educação de idosos é a viabilização dos instrumentos culturais da realidade na qual se encontram e as instituições de ensino superior abrem suas portas com programas educacionais dirigidos aos idosos. A questão que essa pesquisa procurou discutir é como

viabilizar esses instrumentos culturais em cidades onde não há instituições de ensino superior.

Pôde-se constatar que a pasta da educação, recorte pesquisado neste trabalho, oferece apenas programas de erradicação do analfabetismo e de Educação de Jovens e Adultos no qual o idoso é inserido. Essa inserção acaba por dificultar o trabalho dos educadores que têm de trabalhar, de um lado, com um sujeito que, embora adulto, é por vezes inexperiente, cheio de expectativas, busca um diploma para enfrentar um mercado de trabalho. Por outro lado, esse educador trabalha com um sujeito cheio de expectativas, que deseja o conhecimento para responder a questões existenciais, preencher o tempo livre, ampliar as possibilidades de interação social ou melhorar a qualidade de vida.

No presente estudo, percebeu-se que o preconceito com relação à presença do idoso na escola vem, na maioria das vezes, da própria família que acha que o tempo de eles aprenderem já passou, opinião não compartilhada pelos idosos que freqüentam as salas de aula com ânimo e esforço próprios de sua experiência de vida.

Percebe-se, ainda, um amplo desconhecimento, por parte da sociedade, de questões específicas do envelhecimento, principalmente as que se referem ao caráter legal da lei específica que protege o idoso, seja no âmbito familiar ou no âmbito das políticas públicas.

É fundamental que as políticas públicas educacionais, bem como os profissionais da educação reconheçam que muitos desafios se apresentam ao idoso, como as aceleradas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, inclusive a adaptação a essas mudanças. Esse é o grande desafio das instituições públicas educacionais, ou seja, oferecer aos idosos reais condições para que acompanhem e participem desse processo de transformações sociais e cada vez mais conheçam e desenvolvam suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. S. **Ensinar a viver, ensinar a envelhecer**: desafios para a educação de idosos. In: Estudos interdisciplinares envelhecimento. Porto Alegre: v. 4, p. 61-83, 2002.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARCIA, M. F. **Educação Permanente no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERQUÓ, E. **Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil**. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: 2004.

BORGES, C.M.M. Gestão participativa em organizações de idosos: instrumento para a promoção da cidadania. Rio de Janeiro, Guanabara: 2002.

BOTH, A. **Gerontogogia**: educação e longevidade. Passo Fundo: Editora Imperial, 1999.

_____. (org). **Envelhecimento Humano**: múltiplos olhares. Passo Fundo: UPF, 2003.

CACHIONI, M. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade**. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp: 1998.

_____. **Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidade da Terceira Idade**. Campinas, Tese de Doutorado, Unicamp: 2002.

CANÔAS, C. S. **A condição humana do velho**. São Paulo: Cortez, 1995.

CORREA, A. L. **Educação de Massa e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS, MOBREAL, 1979.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1994.

_____. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade.** In: BARROS, M. M. L. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **Reinventando o envelhecimento, socialização e processos de reprivatização da velhice.** Departamento de Antropologia, IFCH. Unicamp, 2003

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania.** Campinas: Papirus, 1994.

ESTATUTO DO IDOSO – LEI Nº 10.741, de 1º de OUTUBRO de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.direitoidoso.com.br>. Acesso em 26 de fevereiro de 2008.

FLORIANO, P. J. **O perfil de idosos assistidos por uma equipe de saúde da família do centro de saúde de Sousas, no município de Campinas-SP.** 2005, 131 f. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, S. A. **Envelhecimento bem-sucedido e bem estar psicológico.** In: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice.** 2. ed., Campinas: Papirus, 2003.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Cidadania e Formação Técnico-Profissional: desafios neste fim de século.** Porto Alegre: Sulina, 1997.

FURTER, P. **Educação e Reflexão.** Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **Educação e Vida.** Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: IPF/Cortez, 1997.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação.** 3. ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

_____. **Lições de Freire. Revista da Faculdade de Educação.** São Paulo: vol. 23 n. 1-2 Jan./Dec. 1997.

_____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** 4. ed. , São Paulo: Editora Ática, 1991.

GÓMEZ, J. A.C. La Pedagogía social como soporte para una intervención educativa en la vejez. In: Encontro Libero- Americano, 1., 2002, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Universidade de Santiago de Compostela: p. 31-47, 2002.

GÓMEZ, A. I. P. **Socialización y educación em la época postmoderna**. Ensayos de Pedagogia Crítica. Madri: Editorial Popular, 1997.

GUSMÃO, N. M. M. **A maturidade e a velhice: um olhar antropológico**. In: NERI, A. L. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

HAYFLICK, L. **Como e por que envelhecemos**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1996.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**. IBGE: 2001. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 outubro 2007.

KRUG, J. G. **A política, a educação e a Terceira Idade**. In: Estudos interdisciplinares envelhecimento. Porto Alegre: v. 8, p.51-66 2005.

LOMBARDI, J. C. et alli. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

LOPES, R. G. C. **Velhos “Indignos”: Investigação a respeito do Projeto de vida e idosos que se mantêm socialmente ativos**. São Paulo: 1990. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade católica de São Paulo.

LOWY, M. **Ideologia e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1988.

MARTINS DE SÁ, J. L. **Da Universidade da Terceira Idade para a Comunidade: Educação Popular X Educação Acadêmica**. In: Cadernos de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social – PUCCAMP, Ano VII edição especial, 1998.

MARX, K. **Manifesto Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

_____. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon**. São Paulo: Centauro, 2001.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. , Hucitec-ABRASCO, São Paulo: 2000.

MOREIRA, Morvan de M. **Envelhecimento da População Brasileira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1997, Tese de Doutorado.

NERI, A. L. **Qualidade de Vida e Idade Madura**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. **Psicologia do Envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice**. 2. ed., Campinas: Papirus, 2003.

NERI, A. L. ; DEBERT, G. G. **Velhice e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: 2004.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NOVAES, M. H. **Psicologia da Terceira Idade**: conquistas possíveis e rupturas necessárias. 2. ed., Rio de Janeiro: NAU, 1997.

NUSBERG, C. Educational Opportunities for the Elderly Industrialized Countries Outside the United States. *Educational Gerontology*, Washington, n. 4, p. 395-409, 1982.

OLIVEIRA, F. **A implementação do Estatuto do Idoso nas áreas de saúde e educação pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa**. 2006, 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

OLIVEIRA, R. C. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

PAIM, Antônio. **Os grandes ciclos do liberalismo Brasileiro** *In Convivium*, vol. 26, nº 1, jan/fev. 1987.

PALMA, L. T. S. **Educação Permanente e Qualidade de Vida**: Indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: Editora Universitária, 2000.

PARANÁ. Secretaria de estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Indicadores socioeconômicos do idoso residente no Estado do Paraná**. Curitiba, 2004.

PERES, M. A. C. **Velhice, trabalho e cidadania**: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social. Tese de Doutorado, USP, São Paulo: 2007.

PETERSON, D.A. **A history of the education of older learning**. In R. H. Sherron & D. B. Lumsden (ed.). *Introduction to Educational Gerontology*, New York: Hemisphere, 1990.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 1982.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2003/2006. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://www.Deja.pr.gov.br/arquivos/File/Relatório_de_Gestao_competo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2007.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, J. L. M. **Gerontologia e interdisciplinaridade: fundamentos epistemológicos**. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: 2004.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Sesc, Estudos da Terceira Idade, 1982.

SANTOS, A. T. & SÁ, M. A. Á. S. **De volta às aulas: ensino e aprendizagem na Terceira Idade**. In: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice**. 2. ed., Campinas: Papirus, 2003.

SAVIANI, D. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do TATU/Cortez, 1991.

SCHONS, C. R.; PALMA, L. T. S. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

SIMÕES, J. A. **A Previdência social no Brasil: um histórico**. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: 2004.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2004.

STANO, R. C. M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2001.

TRIGUEIRO, D. Um novo mundo, uma nova educação. In: **RBEP**. Rio de Janeiro, v. 51 n. 113 jan/mar de 1969.

UCHÔA, L. **Como nasceu a universidade da terceira idade**. Depoimento pessoal de Pierre Vellas. Toulouse, 1997.

VERAS, R. **Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

ZANELLI, J.C. **Formação profissional e atividades de trabalho: a análise das necessidades identificadas por psicólogos organizacionais**. Campinas: 1992. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas.

ANEXOS

Questionário dirigido aos idosos que participam de algum programa educacional em Prudentópolis:

1. Em qual programa participa?

() Paraná Alfabetizado () EJA/fase I () EJA/fase II

2. Qual motivo o levou a voltar a estudar?

() Aprender a ler e escrever () socialização () melhorar as condições de trabalho () outro motivo

3. Quais as principais dificuldades ao freqüentar o programa?

4. Os programas oferecidos pela SEED são satisfatórios com relação às pessoas de Terceira Idade?

() sim () não () mais ou menos

5. Em que deveria melhorar ou sofrer modificações?

6. O que acha da qualidade do material didático? Atende às dificuldades características da Terceira Idade, tais como: tamanho da letra, assuntos ou temas de interesse dessa faixa etária?

() sim () não

7. Em que deveria melhorar?

8. Gostaria que a SEED oferecesse outros programas educacionais especialmente dirigidos à Terceira Idade?

() sim () não

9. Sugestões de programas educacionais que gostaria que a SEED poderia ofertar:

Questionário dirigido a Coordenadora do CEEBEJA de Prudentópolis:

1.Quantos APEDs o CEEBEJA de Prudentópolis possui?

2.Quantos alunos acima de 60 anos freqüentam o CEEBEJA e os APEDs de Prudentópolis?

3.Quais as principais dificuldades apresentadas pelos alunos dessa faixa etária?

4.Quais os principais motivos que levaram essa população a freqüentar o CEEBEJA?

5.Como é realizado a formação dos professores do EJA ?

6.Quais as principais dificuldades em se trabalhar com idosos?

Questionário dirigido a Coordenadora do EJA do NRE de Irati:

- 1.Quais ações são realizadas pela SEED/PR previstas no Estatuto do Idoso no que se refere à educação?
- 2.Como é realizada a formação dos professores que trabalham com essa faixa etária?
- 3.Quais as principais dificuldades para atingir essa população?
4. Há uma metodologia específica para o idoso?

Questionário dirigido a Coordenadora do Paraná Alfabetizado de Prudentópolis:

- 1.Quantos alunos acima de 60 anos participam do Programa?
- 2.Quais as principais dificuldades dos alunos dessa faixa etária?
- 3.Quais os principais motivos que levaram essa população a participar do Programa?
- 4.Quais as principais dificuldades para atingir essa população?
5. Há uma metodologia específica para o idoso?
6. Como é realizada a formação dos professores que trabalham com essa faixa etária?